



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - CEUB

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

LETÍCIA SEABRA DA COSTA

JULIANA DE MEDEIROS QUEIROZ

**GESTÃO DA HIGIENE MENSTRUAL ENTRE ESTUDANTES DA CAPITAL
BRASILEIRA E OS FATORES ASSOCIADOS PARA O ABSENTEÍSMO ESCOLAR**

BRASÍLIA

2023



LETÍCIA SEABRA DA COSTA

JULIANA DE MEDEIROS QUEIROZ

**GESTÃO DA HIGIENE MENSTRUAL ENTRE ESTUDANTES DA CAPITAL
BRASILEIRA E OS FATORES ASSOCIADOS PARA O ABSENTEÍSMO ESCOLAR**

Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica apresentado à Assessoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

Orientação: Vanessa Alvarenga Pegoraro.

BRASÍLIA

2023

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho a todas as pessoas que menstruam, sobretudo a todas que sofrem devido à pobreza menstrual, cujas necessidades foram negligenciadas, em meio à luta ainda pouco reconhecida contra a pobreza menstrual. Que este esforço possa contribuir para ampliar a conscientização, promover conhecimento, ações e políticas que garantam acesso digno a produtos de higiene menstrual para todas as pessoas que menstruam. Juntos, trabalhamos para que ninguém mais seja afetado por essa dificuldade e vulnerabilidade social.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradecemos a Deus, que fez com que fosse possível alcançar nossos objetivos e cuidou de cada etapa no processo da nossa pesquisa. Ao apoio de nossas famílias, pelo incentivo, compreensão e ajuda quando precisamos.

Desejamos expressar nossa imensa gratidão e nossos sinceros agradecimentos à nossa professora orientadora de Projeto de Iniciação Científica, Vanessa Alvarenga Pegoraro. Sua orientação inestimável, expertise e paciência ao longo de todo o processo foram elementos fundamentais para o sucesso deste trabalho. Seus comentários, críticas construtivas e encorajamento cumpriram um papel essencial na definição da direção e na qualidade alcançada. Somos profundamente gratas por termos sido orientadas por alguém tão dedicada e solidária.

A nossa professora Julliane Sampaio, que nos despertou cada vez mais interesse pela matéria de Saúde da Mulher do curso de Enfermagem, por toda ajuda e conversas.

As meninas/ estudantes das escolas públicas que participaram e responderam nossa pesquisa, contribuíram para que o projeto fosse desenvolvido.

A equipe da LiASME (Liga acadêmica de Saúde da Mulher na Enfermagem - CEUB) pela parceria durante a produção das cartilhas e durante a coleta de dados.

Por último, gostaríamos de agradecer a todas as pessoas que contribuíram para essa jornada acadêmica de alguma forma. A orientação, o incentivo, a amizade e o reconhecimento, tiveram um impacto significativo em nosso crescimento pessoal e profissional.

*Epígrafe: "Educação não transforma o mundo.
Educação muda as pessoas. Pessoas mudam o
mundo."*

(Paulo Freire)

RESUMO

A má gestão da menstruação ou também intitulada como pobreza menstrual, atinge diversas adolescentes em todo o mundo. Representa a falta de acesso a recursos/produtos adequados, manejos ineficazes da higiene menstrual necessários durante o ciclo, falta de infraestrutura adequada e falta de conhecimento e informação. Objetivou-se descrever o estado atual do gerenciamento da higiene menstrual entre alunas de escolas públicas da capital brasileira e examinou a associação entre conhecimento de higiene, instalações e absenteísmo escolar durante o período menstrual. Trata-se de estudo de corte transversal, descritivo, com abordagem quantitativa. O percentual de meninas que afirmam ter acesso a produtos de higiene menstrual é preponderante (somente 1,20% afirmam não ter acesso a produtos). Contudo, a frequência de 75,20% da amostra afirma não possuir disponibilidade de absorvente gratuito na escola. Foi identificado que existe evidência de associação estatística significativa com o absenteísmo escolar, evidenciando p-valor $<0,05$ (menor que 0,05) correlacionado a moradia com o pai, grau escolar, dificuldades financeiras, sentimentos de fragilidade, vergonha, autoestima baixa e constrangimento. Conclui-se que o conhecimento das alunas sobre a pobreza menstrual é mínimo e fatores como falta de infraestrutura, acesso limitado a produtos de higiene e constrangimento devido à menstruação contribuem para o absenteísmo escolar.

Palavras chave: Menstruação; Educação em Saúde; Absenteísmo.

LISTAS DE FIGURAS, TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS, SÍMBOLOS E ABREVIações

Tabela 1: Distribuição das variáveis sociodemográficas das adolescentes, no ano de 2023.	19
Tabela 2: Distribuição das variáveis sobre a infraestrutura da casa e da escola, em 2023.	22
Tabela 3: Distribuição das variáveis sobre saúde mental e bem estar, em 2023.	25
Tabela 4: Distribuição das variáveis de associação ao absentismo, em 2023.	29
Tabela 5: Distribuição das variáveis em relação à menarca, conhecimentos e orientação, no ano de 2023.	32
Tabela 6: Distribuição das variáveis idade da menarca e orientação sobre a menarca, em 2023.	36
Tabela 7: Distribuição das variáveis em relação a produtos considerados não indicados, conhecimentos dos riscos e alguns aspectos da saúde física nos últimos 6 meses, em 2023.	37
Tabela 8: Distribuição das variáveis riscos sobre a falta de higiene menstrual e sintomas clínicos, em 2023.	39
Tabela 9: Distribuição das variáveis de associação entre a saúde física e o absentismo escolar, em 2023.	41

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
OBJETIVOS	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
3. MÉTODO	17
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICES	50

1. INTRODUÇÃO

A má gestão da menstruação ou também intitulada como pobreza menstrual, atinge diversas adolescentes em todo o mundo, principalmente em países de renda mais baixa. Estima-se cerca de 500 milhões de pessoas afetadas pela pobreza menstrual em todo o mundo (CARDOSO, 2021).

Ademais, a pobreza menstrual representa a falta de acesso a recursos/produtos adequados ou manejos eficazes da higiene menstrual necessários durante o ciclo, tais como, absorventes descartáveis, absorventes de tecido reutilizáveis, coletores menstruais e calcinhas menstruais. Além disso, a insuficiência ou incompreensão nas informações sobre a saúde menstrual e corpo feminino, bem como uma infraestrutura inadequada (ausência de banheiros seguros e em bom estado de conservação, saneamento básico e coleta de lixo), também são conceitos de pobreza menstrual. Assim, o objetivo desses manejos eficazes, é uma menstruação segura para as meninas que estejam passando por essa fase (CAVALCANTE, 2021; MIIRO et al., 2018).

Em um contexto global, com um histórico de dominação masculina e um cenário cultural onde a sociedade tem o pensamento que a menstruação é sinônimo de sentimentos de vergonha e nojo, muitos mitos, desinformação e tabus negativos são encarados pela população feminina. Conseqüentemente, as mulheres que menstruam são condicionadas a entender a função menstrual como algo que deve ser escondido, algo vergonhoso (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2018; ASSAD, 2021). Infelizmente as mulheres enfrentam constantemente desafios físicos, mentais e emocionais (GENG, 2021), apesar da menstruação, assim como o sono ou a respiração, ser um fato biológico.

Quando trata-se sobre menstruação na escola, dados da Organização das Nações Unidas (ONU) evidenciaram que no mundo, uma em cada dez meninas faltam às aulas durante o período menstrual. No Brasil, esse número é mais preocupante. Já que uma entre quatro estudantes deixam de ir à escola por não terem absorventes. Por conseguinte, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (2013), a média de idade da menarca nas mulheres brasileiras é de 13 anos, e quase 90% delas têm essa primeira experiência entre 11 e 15 anos de idade. Logo, a maioria absoluta das meninas passará boa parte de suas vidas escolares menstruando. Dessarte, perdem em média, até 45 dias de aula por ano letivo. Em vista disso, o ato biológico de menstruar acaba por virar mais um fator de desigualdade de oportunidades entre os gêneros (LIMA, 2021).

O desconhecimento sobre um bom manejo da menstruação afeta também aquelas que não estão em situação de vulnerabilidade financeira (CAVALCANTE, 2021). Já as que estão em condição de vulnerabilidade, passam por essa situação porque, em geral, meninas de 10 a 19 anos não decidem sobre a alocação do orçamento da família, não tendo renda para a compra de produtos que venham a garantir sua dignidade menstrual (UNICEF, 2018; LIMA, 2021). O elevado custo de absorventes descartáveis, por exemplo, leva mulheres e meninas que menstruam a recorrerem a métodos inseguros para conter a menstruação (sacos plásticos, roupas velhas, algodão, toalhas, papel higiênico e até mesmo jornal ou miolo de pão), colocando sua saúde física em risco (QUEIROZ, 2015).

Esses distúrbios psicossociais como tabus, medo e vergonha devido ao período menstrual, podem afetar o desenvolvimento das meninas quanto ao aprendizado em ambiente escolar. De acordo com o relatório feito pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), sobre o absenteísmo escolar das meninas em relação à menstruação, foi evidenciado que 2,88% das meninas entre 10 e 19 anos que deixaram de fazer alguma atividade (estudar, fazer tarefas domésticas, trabalhar ou brincar), indicaram a menstruação como o principal motivo para deixar de fazer tais atividades (UNICEF, 2018; AMARAL, 2020).

A partir do supracitado, alguns questionamentos são pertinentes sobre a temática, como: Qual o conhecimento das adolescentes sobre higiene menstrual? Há absenteísmo à escola por causa do período menstrual? Quais os fatores associados ao absenteísmo e gerenciamento da higiene menstrual no período escolar?

OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo visou descrever o estado atual do gerenciamento da higiene menstrual entre alunas de escolas públicas da capital brasileira e examinou a associação entre conhecimento de higiene menstrual, instalações e absenteísmo escolar durante o período menstrual.

E como objetivos específicos, esta pesquisa pretendeu descrever o perfil sociodemográfico das participantes, aplicar o questionário às alunas acerca do conhecimento sobre higiene menstrual e as causas do absenteísmo escolar, realizou levantamento sobre as instalações das escolas para a higiene menstrual e executou ação educativa proporcionando conhecimento sobre gerenciamento da higiene menstrual e prevenção de doenças.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

É importante que as mulheres tenham conhecimento acerca da genitália feminina, como é sua anatomia e seu funcionamento/processo fisiológico, até mesmo para poder utilizar alguns manejos de higiene menstrual com maior segurança como coletores menstruais e absorventes internos (BUZO et. al, 2017).

Em relação ao ciclo menstrual, ele é um processo complexo que envolve os sistemas genital e endócrino. Os ovários produzem hormônios esteróides, predominantemente estrogênios e progesterona. Os estrogênios são responsáveis pelo desenvolvimento e pela manutenção dos órgãos genitais femininos e pelas características sexuais secundárias associadas à mulher adulta. Além disso, desempenham importante papel no desenvolvimento da mama e nas alterações cíclicas mensais que ocorrem no útero (HINKLE, 2020).

De modo geral, os dois hormônios esteróides ovarianos atuam de maneira coordenada para manter a atividade reprodutiva feminina. Durante o ciclo menstrual, são responsáveis pelas alterações que ocorrem no endométrio, na cérvix e na vagina e pela regulação por feedback da secreção de FSH e LH - outros hormônios importantes - pela hipófise anterior. A progesterona também é importante na regulação das alterações que ocorrem no útero durante o ciclo menstrual. É secretada pelo corpo lúteo (local dentro de um folículo) ou pelo folículo ovariano após a liberação do óvulo. A progesterona é o hormônio mais importante para o condicionamento do endométrio (a mucosa que reveste o útero) na preparação para a implantação de um óvulo fertilizado (COSTANZO, 2018 HINKLE, 2020).

Também é importante a mulher/adolescente saber sobre o processo hormonal liberado pela hipófise, tais como os dois hormônios gonadotrópicos - o hormônio foliculoestimulante (FSH) e o hormônio luteinizante (LH). O FSH é responsável principalmente pela estimulação dos ovários para a secreção de estrogênio e o LH é responsável principalmente por estimular a produção de progesterona.

Além disso, é de suma importância ter conhecimento que a secreção dos hormônios ovarianos segue um padrão cíclico, que resulta em alterações do endométrio uterino e na menstruação. Em geral, esse ciclo tem 28 dias de duração, porém existem muitas variações normais (de 21 a 42 dias) (HINKLE, 2020).

Sabe-se que a menstruação faz parte da vida feminina e é um processo fisiológico. Portanto, não deve ser tratada como um tabu, nem ser vista como motivo de vergonha. Deve ser mais discutida e colocada em pauta as necessidades femininas que acabam surgindo durante esse período (ASSAD, 2021).

Jovens em estado de vulnerabilidade social, que estão no período escolar podem sofrer todos os meses por conta da falta de acesso aos recursos e manejos de higiene menstrual. Dentre diversos fatores, a vergonha de sair de casa menstruada, acaba interferindo em suas atividades rotineiras. Assim sendo, a própria família, em muitos casos, introduz desde o início tabus e crenças, que podem até acabar restringindo a participação em atividades escolares e limitam a convivência das meninas entre seus colegas. E, conseqüentemente, essas fases importantes para o desenvolvimento, ficam perdidas (UNICEF, 2018).

De acordo com o Terminology Action Group of the Global Menstrual Collective, “saúde menstrual é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade, em relação ao ciclo menstrual” (HENNEGAN et al. 2021). Dessa forma, segundo o relatório realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), grande parte da sociedade global não reconhece que essas meninas que menstruam ainda são crianças e não deveriam ser expostas a crenças tão limitadoras e restritivas, como passar a ideia para a adolescente de que a menstruação é suja, motivo de vergonha e que deve ser escondida. Já que esse é um dos motivos da relação entre menstruação e absenteísmo escolar (UNICEF, 2018).

Além de que, o cenário piora quando se leva em consideração o ambiente domiciliar. De acordo com o relatório do UNICEF, 713 mil meninas não possuem acesso a banheiro com chuveiro ou sanitário em suas residências. E outras 632 mil vivem sem banheiro de uso comum onde moram (LIMA, 2021).

Essa inadequada gestão menstrual tem reflexo diretamente na saúde física, financeira e mental das mulheres e jovens que passam por ciclos menstruais. Um estudo realizado levantou diversas informações sobre esse problema que afeta milhões de brasileiras. Dentro de 814 mulheres entrevistadas, que menstruam regularmente, entre 14 e 45 anos, representantes das classes C e D, muitas foram afetadas por problemas vaginais nos últimos 12 meses. Sendo assim, representado por números: 28% tiveram infecção urinária ou cistite; 24% tiveram candidíase; 11% infecção vaginal por fungo e 7% infecção vaginal por bactéria.

Além de que, para 51% das mulheres, o mal-estar na menstruação é forte (SEMPRE LIVRE, 2021).

Além disso, o desgaste psicológico está intimamente conectado aos riscos à saúde física das pessoas que lidam com a menstruação. Tal fato se deve pela falta de recursos para passar com tranquilidade pelo ciclo menstrual, visto que não se pode atravessar este período com dignidade, menstruar se torna um fardo. As incertezas ligadas à precariedade menstrual, como a falta de absorventes e de banheiros adequados, o medo de revelar estar menstruada, assim como a necessidade de investir dinheiro nesses produtos, geram uma carga mental pesada e recorrente para as pessoas menstruantes (ASSAD, 2021).

A menstruação começou a ser percebida como uma questão de saúde pública quando notou-se um aumento no número dos casos de infecções vaginais por conta da falta de acesso à informação e conhecimento das meninas no momento da menarca. Pesquisas evidenciaram que a família, na maioria das vezes, falha em fornecer informações, produtos e soluções de saneamento (SOMMER, 2015).

No Distrito Federal, foi sancionada a Proposta que inclui na Política de Assistência Integral à Mulher, a distribuição gratuita de insumos de higiene e absorventes nos postos de saúde (Unidades Básicas de Saúde - UBS) para pessoas de baixa renda. As escolas públicas e unidades básicas de saúde (UBS) do Distrito Federal deverão oferecer, gratuitamente, coletores menstruais às estudantes e mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social. A medida entrou em vigor com a publicação da Lei nº 7.051/2022 e para a efetiva aplicação da lei, o Poder Executivo poderá firmar parcerias e realizar convênios com órgãos governamentais e entidades privadas ou não governamentais (CÂMARA LEGISLATIVA, 2022).

À vista disso, existem as propostas de Lei (PLs) 128/2021, 1.702/2021 e 3.085/2019, que tratam de reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os absorventes e tampões higiênicos, já que a tributação é elevada sobre os absorventes. Além disso, o Projeto de Lei 128/21 obrigará o Poder Público a fornecer gratuitamente absorventes e tampões higiênicos a pessoas de famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) para programas sociais do governo (HAJE, 2021).

Cabe ressaltar que a isenção de tributos desses produtos essenciais na higiene menstrual, já é colocada em prática em países como Alemanha, Canadá, Quênia e Índia. Já a Escócia, primeira nação a tornar gratuito e universal o acesso a esse tipo de produto, tem

determinado por Lei que os governos locais garantam absorventes, coletores menstruais e todos os manejos eficazes em locais públicos, sem a exigência de cobrança para as pessoas que menstruam (LIMA, 2021).

Vale ainda mencionar a recomendação nº 21 do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), publicada em dezembro de 2020. O documento leva em conta diversos documentos internacionais, a porcentagem de mulheres em situação de pobreza menstrual, a realidade brasileira, a pesquisa produzida pela marca Sempre Livre e os projetos de Lei supramencionados.

A recomendação feita ao Presidente da República, ao Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, pleiteia pela criação de uma política nacional em combate à pobreza menstrual que forneça absorventes higiênicos, tampões, coletores menstruais e similares para todas as brasileiras, além da ampliação de ações educativas quanto às medidas de saúde e autocuidado. Ainda, o documento recomenda a aprovação e regulamentação dos projetos de Lei que buscam a distribuição gratuita e a isenção de tributos sobre absorventes higiênicos, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados (ASSAD, 2021. BRASIL, 2021).

Florence Bauer, representante do UNICEF, concorda com o fato de que muitas adolescentes sofrem com tabus e estigmas relacionados à menstruação, o que fere sua autoestima e gera impactos para toda a vida. Além disso, traz consequências para a socialização com sua família e conhecidos, refletindo na vida escolar, podendo levar ao abandono dos estudos. “Por isso, é essencial que tenham acesso a informações corretas, além de condições dignas de higiene, e que a discussão seja feita abertamente na sociedade para impulsionar melhorias” (GUIMARÃES, 2021).

Importância dos conhecimentos sobre os Manejos de higiene menstrual

Efetivamente, a invenção do absorvente higiênico representou um grande avanço tecnológico que facilitou a vida das menstruantes, proporcionando mais autonomia no desempenho das mais diversas atividades. Há uma farta gama de produtos disponíveis no mercado na atualidade. Majoritariamente, utilizam-se os absorventes externos, vez que os demais (internos, coletor, calcinhas absorventes, etc.) não se popularizaram tanto e são mais caros (MOTTA, et. al, 2021).

Entra, então, a importância das jovens terem conhecimento sobre a utilização do produto. Uma pesquisa realizada pelo Projeto Novo Ciclo – iniciativa do Espro (Ensino Social Profissionalizante) em parceria com a Inciclo, diz que o coletor menstrual ou copo menstrual é um suporte usado na vagina que coleta o sangue da menstruação, impedindo que se exterioriza pela vulva. É uma alternativa ao uso de absorventes externos e tampões. Há diferenças em relação ao tamanho, de acordo com a idade da pessoa e se ela já teve algum parto natural ou não. Muitas mulheres mostram diversas dúvidas sobre a questão do coletor e seu devido manejo, se pode ou não ser usado. Ademais, todas as pessoas que menstruam podem utilizar o coletor menstrual. O fluxo menstrual não impede ninguém de utilizar o coletor, a diferença é que essa pessoa terá que esvaziar o copinho com mais frequência (ESPRO; INCICLO, 2022).

Assim sendo, a Lei 7.051/2022 também prevê que quem receba o coletor menstrual faça um curso, ou na escola ou na UBS, sobre a utilização e higienização do produto. O que torna explícito a necessidade de ações educativas acerca desses produtos (BRASIL, 2022).

A diretora Vilmaria do Carmo não percebe a escola como o local adequado para os cursos sobre a correta utilização dos coletores menstruais, já que o local mais adequado seria a UBS, tendo profissionais adequados para este fim: “quanto mais opções para uma mulher manter a dignidade menstrual, melhor. A formação das meninas para o uso adequado dos coletores é importante, mas o local adequado para que esse curso seja ministrado é a UBS, não a escola. As UBSs precisam estreitar os laços com as adolescentes (talvez por meio de rodas de conversas no contraturno da aula) para tratar da saúde e higiene íntima. Entendendo essa atuação como fundamental para o desenvolvimento de uma comunidade saudável” (CARMO, 2022).

Dentro da questão ambiental, o descarte de plásticos de uso único gerado pelo uso de absorventes descartáveis é uma questão a ser discutida no cenário atual de degradação do meio ambiente. Entretanto, é preciso tomar cuidado para não ser utilizado um discurso ambiental que ignora o contexto de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social, excluídas do acesso à água encanada e esgotamento sanitário - que ficariam impossibilitadas de utilizar soluções reutilizáveis em virtude da impossibilidade de higienização adequada desses produtos para uso futuro. Portanto, mais um desafio para enfrentarmos a pobreza menstrual é conhecermos as condições em que as pessoas que menstruam estão inseridas. Desse modo, não existe uma solução única para o problema (UNICEF, 2018).

Para isso, é indispensável conhecer as vantagens e limitações de cada produto. Por exemplo, o coletor menstrual é um produto reutilizável, durável, que diminui o já mencionado descarte de plásticos de uso único, dentre outros muitos benefícios, mas apresenta a limitação de que é necessário um ótimo conhecimento sobre a própria anatomia, não só pelo local da inserção, mas também pelo conhecimento da altura do colo do útero. Além disso, é preciso testar várias dobras e descobrir qual a mais adequada; saber avaliar se o coletor se abriu adequadamente e se está posicionado corretamente para evitar desconfortos e vazamentos. Ou seja, é necessário autoconhecimento e informação para a utilização mais eficaz, o que é bastante difícil para crianças ou jovens que acabaram de ter a menarca (UNICEF, 2018).

Além desses fatores supracitados, o ex - presidente Jair Bolsonaro assinou o decreto que regulamenta a distribuição gratuita de absorventes para pessoas que necessitam, estando na situação de pobreza menstrual. O decreto foi assinado durante o evento “Brasil pra elas, por elas, com elas”, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Segundo esse decreto, mulheres de 12 a 21 anos de idade que cumprem medidas socioeducativas, alunas matriculadas em escolas pactuadas no programa Saúde nas Escolas e meninas e mulheres de 9 a 24 anos de idade, pertencentes a famílias beneficiárias do programa Auxílio Brasil, poderão receber os produtos. Outrossim, no Decreto é informado que a medida permitirá “oferta gratuita de produtos de higiene e outros itens necessários, bem como garantia de cuidados básicos de saúde e desenvolvimento de meios para a inclusão das mulheres em ações e programas de proteção à saúde menstrual” (BRASIL, 2022).

De acordo com os dados e ainda sob o impacto do tema, é evidente que a menstruação e a carência de materiais apropriados para a contenção do fluxo e manutenção da higiene menstrual nas escolas vulnera o direito da menstruante à educação, colocando-a em condição desvantajosa e em desequilíbrio em relação ao gênero masculino, não fazendo jus ao preceito constitucional que assegura equidade de gênero.

Além disso, a desigualdade social vigente, que significa a falta de recursos para aquisição dos produtos, aliada a utilização de materiais inadequados - a chamada pobreza menstrual - importam no malferimento do direito ao reconhecimento de fruição de uma vida digna - direitos humanos fundamentais e da personalidade - de meninas e mulheres, sobretudo as mais pobres e marginalizadas (MOTTA, et. al, 2021).

Invisibilizar corpos, dores, sangue e sentimentos, não é uma política pública que dignifica seres humanos. Direitos humanos de pessoas que menstruam precisam fazer parte da pauta política nacional educacional, de maneira interseccional e condizente com a distinção que o gênero feminino demanda, enquanto sujeito de direitos, com equidade e com justiça (MOTTA, et. al, 2021).

3. MÉTODO

Trata-se de estudo de corte transversal, descritivo, com abordagem quantitativa e interdisciplinar por parceria com o curso de graduação em Jornalismo e Publicidade do CEUB.

Realizado com adolescentes de escolas públicas do DF que concordaram em participar do estudo, a fim de descrever como se encontra o gerenciamento da higiene menstrual e examinar a associação entre conhecimento de higiene menstrual, instalações domiciliares e na escola, assim como se há absenteísmo escolar durante o período menstrual.

O público alvo da presente pesquisa foram 508 adolescentes, em 7 escolas públicas no DF (Regiões administrativas: Candangolândia, Ceilândia, Itapoã, Recanto das Emas, Santa Maria, Sobradinho II e Taguatinga. 7 dentre as 33 regiões administrativas do DF que aceitaram participar da pesquisa), com idade entre 12 e 19 anos. O período da coleta de dados se deu entre os meses de março de 2023 até maio de 2023.

O instrumento de coleta de dados foi entrevista do tipo Estruturada (APÊNDICE 1). Na primeira etapa foram selecionadas 5 perguntas referentes a dados sociodemográficos (idade, raça/cor da pele, ano escolar e se mora com a mãe e/ou pai) e a segunda etapa sobre saúde física e os conhecimentos das alunas, composto por 7 perguntas. O questionário foi baseado e adaptado da pesquisa realizada pela empresa SEMPRE LIVRE.

Os critérios de inclusão foram adolescentes entre 12 e 19 anos de idade, sendo considerado adolescente conforme o Estatuto da Criança e Adolescente (1990), somente do sexo feminino, que estiverem nos dias da pesquisa pré-agendados e que aceitaram participar, sendo assinado o Termo de Consentimento Livre e esclarecido (TCLE) pelos responsáveis e o Termo de Assentimento Livre e esclarecido (TALE) pelos alunos.

Os critérios de exclusão foram: idade que não contemplasse o determinado dos critérios de inclusão, alguma deficiência ou transtorno que impossibilitasse responder o questionário e não apresentarem o TCLE e TALE assinados.

A realização da coleta de dados efetuou-se pelo Google Forms e questionários impressos, de acordo com a dificuldade de acesso à internet e material eletrônico, na qual suas respostas foram coletadas e analisadas. A Organização dos dados adquiridos foi através do software Microsoft Excel® 2013, pertencente ao Pacote Microsoft Office 2013 do Windows®.

Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedeceram aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do CEUB sob protocolo CAAE nº 64471722.7.0000.0023 e Número do Parecer: 5.777.054.

Análise estatística

Num primeiro momento foi feita a etapa de pré-processamento dos dados, com algumas variáveis obtidas por caixas de seleção, que necessitavam de prévia organização, deste modo houve organização, caracterização e definição das categorias e pontos de corte analítico para cada variável independente, conforme alinhamento teórico com as pesquisadoras.

Com os dados organizados, realizou-se uma análise exploratória dos dados, com o objetivo básico de sumarizar os valores, organizando e descrevendo os dados por meio de tabelas, onde as variáveis categóricas estão expressas em termos de frequência e percentual.

Para análise dos dados inicialmente foi feita uma descrição geral dos dados por meio de tabelas descritivas. Além disso, na etapa analítica foram utilizados testes de hipóteses para atingir os objetivos do trabalho de pesquisa com apoio de planilhas eletrônicas.

Para atingir os objetivos descritos utilizou-se o **Teste Qui-Quadrado** (Pagano e Gauvreau, 2004), para verificar a associação estatística das variáveis categóricas com os desfechos do conhecimento, considerando um nível de significância de 5%, isso indica que quando o p-valor <0,05 (é menor que 0,05) existe evidência de associação estatística significativa, pois rejeitamos a hipótese nula nos testes de hipótese aplicados.

Já na última etapa, foram realizadas ações educativas por meio de vídeo para melhor divulgação, folder informativo sobre o tema e distribuição após orientação e coleta de dados nas escolas.

Outra prática realizada, foi uma parceria com a disciplina de Estágio 2 do curso de Enfermagem, onde será realizado uma ação social em uma das escolas participantes da pesquisa, CEM 12 de Ceilândia, onde os alunos da turma do estágio irão à escola para levar absorventes arrecadados, folder informativo a respeito do tema e irão levar banners explicativos contendo as temáticas acerca da pobreza menstrual, ciclo menstrual, produtos de higiene inadequados e os riscos de infecção. O evento ocorrerá no mês de outubro, mês este escolhido pela escola por conta do outubro rosa, uma campanha de conscientização que tem como objetivo principal alertar as mulheres e a sociedade sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama e sobre o câncer de colo do útero.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa contou com a participação de 508 adolescentes matriculados em escolas públicas do Distrito Federal - DF, procedentes das regiões administrativas de Candangolândia, Ceilândia, Itapoã, Recanto das Emas, Santa Maria, Sobradinho II e Taguatinga. Na Tabela 1, é fornecido o perfil sociodemográfico das adolescentes entrevistadas, incluindo informações como idade, ano de escolaridade, raça/cor e se moram com a mãe, com o pai ou com ambos.

Tabela 1: Distribuição das variáveis sociodemográficas das adolescentes, no ano de 2023.

Variável Sociodemográfica	n	%
IDADE		
12 anos	19	3,70%
13 anos	23	4,50%
14 anos	13	2,60%
15 anos	102	20,10%
16 anos	177	34,80%
17 anos	141	27,80%
18 anos	29	5,70%
19 anos	4	0,80%
ANO/SÉRIE		
5º ano/ 4ª série do Ensino Fundamental	-	-
6º ano / 5ª série do Ensino Fundamental	6	1,20%

7º ano / 6ª série do Ensino Fundamental	14	2,80%
8º ano / 7ª série do Ensino Fundamental	19	3,70%
9º ano / 8ª série do Ensino Fundamental	20	3,90%
1º ano Ensino Médio	114	22,40%
2º ano Ensino Médio	188	37%
3º ano Ensino Médio	146	28,70%

COR/RAÇA

Branca	154	30,30%
Preta	73	14,40%
Parda	260	51,20%
Indígena	8	1,60%
Amarela	13	2,60%

MORA COM A MÃE

Sim	440	86,60%
Não	68	13,40%

MORA COM PAI

Sim	244	48%
Não	234	46,10%
Outros (tia, tio, avó..)	47	9,30%

Fonte: Dados produzidos pelos próprios autores, 2023.

A respeito da estrutura etária, verificou-se que a maioria das alunas estava na faixa de 15 a 17 anos, representando 82,70% do total da amostra. Além disso, 10,80% das alunas tinham entre 12 e 14 anos, enquanto apenas 6,50% eram maiores de idade (18 e 19 anos).

Quanto à escolaridade, a grande maioria das alunas estava cursando o ensino médio, perfazendo um total de 88,10%. A adesão ao questionário foi maior entre as meninas mais velhas (15 a 17 anos) que frequentavam o ensino médio no turno matutino. Não foram registradas alunas nos turnos vespertinos, integrais, intermediários e noturnos.

Reconhecer o protagonismo das crianças e adolescentes como os principais sujeitos da pesquisa se torna essencial. Porém, isso não deve anular a presença do responsável e o reconhecimento dos direitos e vulnerabilidade desse público, levando em conta os riscos e cuidados envolvidos (AGOSTINI; MOREIRA, 2019).

Esses dados podem ser justificados pela pesquisa realizada sobre os vários dilemas e desafios metodológicos e éticos presentes em pesquisas com crianças e adolescentes. Essas questões incluem a burocracia e as exigências relacionadas aos procedimentos técnicos para obter autorização de pesquisas, a seriedade dos pesquisadores e dos responsáveis pela criança (sejam pais ou a própria escola), a aprovação das escolas para a realização da pesquisa, bem como a adesão, maturidade e interesse da criança em responder à pesquisa (SANTOS, 2021).

No que se refere a cor e raça, a maior parte se declarou parda, com 51,20%. Revelando 14,40% de meninas que se auto identificam como preta. Na amostra, 30,30% das meninas se declaram branca, apenas 2,60% amarela e 1,60% indígena.

Esses dados da amostra vão ao encontro com o estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF): “Raça/cor: O perfil étnico-racial da população do Distrito Federal”, que revela o fato de mulheres pretas e pardas abrangerem a maior parte da população no DF, compondo 28,72% da população total - composição étnico-racial por gênero (BRASIL, 2022).

Por subsequente, quando questionadas se moram com a mãe e se moram com o pai, foi constatado que 86,6% das estudantes moram com a mãe e 13,4% não moram. Com o pai 48% afirmam que sim, 46,1% não moram e 9,3% relataram morar com “outros” (tia, tio, avó).

Esses resultados obtidos podem ser explicados de acordo com um estudo científico que indica que o cuidado é frequentemente realizado na maior parte pela figura feminina, sendo historicamente construída como aquela que acolhe, alimenta e cuida, evocando uma imagem maternal. Nesse contexto, a mãe geralmente assume a responsabilidade de cuidar do filho doente, tornando-se a principal cuidadora (COLESANTE, et. al, 2015).

Na etapa seguinte foram abordadas perguntas sobre infraestrutura. Como, o acesso a produtos de higiene e condição do banheiro em casa e na escola, quem disponibiliza tais produtos e se há dificuldades financeiras para comprar itens de higiene menstrual. Além disso, foi verificado se a pandemia teve influência na compra desses produtos. Podendo ser observadas na tabela 2.

Tabela 2: Distribuição das variáveis sobre a infraestrutura da casa e da escola, em 2023.

Infraestrutura da casa e da escola		
ACESSO A PRODUTOS EM CASA		
	n	%
Não	6	1,20%
Água	434	85,40%
Sabão	427	84,10%
Papel Higiênico	413	81,30%
Absorventes	485	95,50%
Coletor Menstrual	37	7,30%
BANHEIRO EM CASA		
	n	%
Não	-	0,00%
Sim, chuveiro	502	98,80%
Sim, vaso sanitário	487	95,90%
Sim, pia	465	91,50%
QUEM DISPONIBILIZA OS PRODUTOS		
	n	%
Mãe	455	89,70%
Pai	166	32,70%
Familiar / conhecidos	62	12,20%
Grupos de apoio (doações)	-	0,00%
Escola	8	1,60%
DIFICULDADES FINANCEIRAS P/ ABSV.		
	n	%
Sim	31	6,10%
Às vezes	100	19,70%
Não	377	74,20%
CONCORDA COM "Não tenho dinheiro nem para menstruar, nem sempre consigo comprar absorvente."		
	n	%
Concordo	281	55,30%
Não concordo	227	44,70%

ACREDITA QUE A PANDEMIA PIOROU		
		%
Sim	293	57,70%
Não mudou muito	158	31,10%
Não	57	11,20%

ABSORVENTE GRATUITO NA ESCOLA		
	n	%
Sim	126	24,80%
Não	382	75,20%

ACESSO A PRODUTOS/ESTRUTURA NA ESCOLA		
	n	%
Água	342	67,50%
Sabão	116	22,90%
Papel Higiênico	303	59,80%
Chuveiro	46	9,10%
Vaso sanitário e Pia	436	86,00%

Fonte: Dados produzidos pelos próprios autores, 2023.

De acordo com a tabela, verificou-se que houve preponderância entre as estudantes que possuem acesso a produtos de higiene menstrual em casa, como, água, sabão, papel higiênico e absorventes. Somente 1,20% não possuem acesso. Em relação ao banheiro da casa, 98,80% relataram ter chuveiro, 95,90% vaso sanitário e 91,50% pia. Não houve identificação entre participantes em não ter banheiro em casa.

Esses dados divergem com os dados do IBGE - por meio da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE) e Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), onde relata que 713 mil meninas não possuem acesso a banheiros em seus domicílios e 88,7% delas, mais de 632 mil meninas vivem sem acesso a sequer um banheiro de uso comum no terreno ou propriedade. Dessa forma, tornando evidente a situação de vulnerabilidade extrema na gama de situações que envolvem a pobreza menstrual nos Estados brasileiros (UNICEF; UNFPA, 2021).

Em relação a pandemia, 57,70% das estudantes responderam que a pandemia piorou a situação em relação a compra de produtos menstruais. E quando indagadas sobre a

dificuldade em possuir condições econômicas para a compra de absorventes, 55,30% concordou com a afirmação.

Tal resultado pode ser justificado a partir de dados de uma pesquisa realizada pelo IBGE, onde mostra que o número de desempregados durante a pandemia ultrapassou os 15,2 milhões no primeiro trimestre de 2021, taxa de 14,9%, superior aos 14,7% divulgados, uma diferença de 452 mil pessoas. Evidenciando que a pandemia desencadeou uma crise econômica global e afetou diretamente vários setores da economia brasileira, causando um aumento significativo nas taxas de desemprego, dificultando o acesso a produtos de higiene menstrual (IBGE, 2022).

Sobre o acesso de produtos/estrutura na escola, 67,50% relata ter água; 22,90% sabão; 59,80% papel higiênico; 9,10% chuveiro e 86,00% vaso sanitário/pia. Importante ressaltar que essa pergunta havia mais de uma opção de marcação, por meio de caixa de seleção.

Dessa forma, foi evidenciado que sabão e chuveiro são os itens mais escassos nas escolas públicas participantes da pesquisa, o que se assemelha a pesquisa realizada pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), onde foi observado que mais de 4 milhões de meninas (38,1% do total das estudantes) frequentam escolas com a privação de pelo menos um desses requisitos mínimos de higiene (UNFPA, 2021).

Se tratando sobre a disponibilidade de absorvente gratuito na escola, 75,20% das alunas responderam não possuir.

Em 2019 foi apresentado pela deputada federal Marília Arraes, o Projeto de Lei 4968/2019, que foi aprovado em 2021 e alterou a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Essa Lei institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, determinando que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino. Tendo como objetivo combater a precariedade menstrual, identificada como a falta de acesso a produtos de higiene e a outros itens necessários ao período da menstruação feminina, ou a falta de recursos que possibilitem a sua aquisição (BRASIL, 2021).

Foi restaurado o artigo 1º do projeto, que estabelece a oferta gratuita de absorventes higiênicos femininos e outros cuidados básicos de saúde menstrual. Além disso, outro dispositivo recuperado prevê que as despesas relacionadas à implementação das ações previstas na lei, serão custeadas por meio das dotações orçamentárias oferecidas pela União

ao Sistema Único de Saúde (SUS) ou pelo Fundo Penitenciário Nacional (AGÊNCIA SENADO, 2022).

Na próxima etapa da pesquisa, foram feitas perguntas sobre saúde mental e bem estar. Com questionamentos a respeito de sintomas durante o período menstrual, se não há a realização de atividades e se há constrangimento nesse período, impactando na frequência escolar devido à menstruação. Pode-se observar tais dados na tabela 3.

Tabela 3: Distribuição das variáveis sobre saúde mental e bem estar, em 2023.

O QUE SENTE	n	%
Mal estar	240	47,20%
Me sinto frágil	257	50,60%
dor de cabeça	278	54,70%
dores no corpo	270	53,10%
Cólicas	439	86,40%
Vergonha	78	15,40%
Nojo/Me sinto suja	131	25,80%
Baixa autoestima	231	45,50%
Me sinto estressada	425	83,70%

DEIXOU DE REALIZAR ATIVIDADES	n	%
Sim	243	47,80%
Às vezes	135	26,60%
Raramente	77	15,20%
Não	53	9,10%

CONCORDA COM "Me sinto constrangida na escola ou em outro local público por conta da menstruação."	n	%
Concordo	314	61,80%
Não concordo	194	38,20%

JÁ DEIXOU DE IR PRA ESCOLA POR ESTAR MENSTRUADA	n	%
Sim, pois a escola não tem banheiros adequados (vaso sanitário, papel higiênico, água);	43	8,50%

Sim, pois a escola não oferece produtos de higiene menstrual gratuitos;	60	11,80%
Sim, pois sinto muitas dores;	238	46,90%
Sim, pois sinto muita vergonha e constrangimento;	43	8,50%
Não deixo de ir à escola por estar menstruada.	238	46,90%

Fonte: Dados produzidos pelos próprios autores, 2023.

Quando indagadas a respeito dos sintomas durante o período menstrual, houve maior preponderância para as respostas “me sinto estressada” com 83,70%, “me sinto frágil” com 50,60%, “dor de cabeça” 54,70%, “dores no corpo” 53,10% e “cólicas” 86,40%. Vale ressaltar que essa pergunta também utilizou o recurso caixa de seleção, ou seja, mais de uma opção de marcação.

Em relação a deixarem de realizar atividades, apenas 9,10% das entrevistadas relataram não deixar de realizar. Em seguida, quando colocada a afirmação “me sinto constrangida na escola ou em outro local público por conta da menstruação”, 61,80% concordaram com tal afirmativa.

No que se refere a pergunta “já deixou de ir a escola por estar menstruada”(resposta com o recurso caixa de seleção) , 8,5% das estudantes relatam faltar às aulas por não ter banheiros adequados, 11,8% faltam pela falta de produtos de higiene menstrual gratuitos nas escolas, 46,90% faltam por sentir muitas dores, 8,5% por sentir vergonha e constrangimento e 46,90% não deixa de ir à escola nesse período.

Esses dados podem ser justificados a partir de estudos a respeito do assunto, onde foi verificado que por conta das variações nas concentrações hormonais de estrogênio e progesterona durante o ciclo menstrual, a maioria das pessoas que menstruam são suscetíveis a ter sintomas como irritabilidade, desconforto abdominal, nervosismo, cefaléia, cansaço e mastalgia (SILVA *et. al*, 2006; NOGUEIRA *et. al*, 2000).

Isso se deve ao fato de que a fisiologia feminina passa por diversas alterações hormonais nesse período, visando preparar o corpo da mulher para uma possível gravidez, (FREITAS *et al.*, 2011). Desse modo, as alterações endometriais tem como objetivo a implantação de um embrião e que, quando não há a gestação, o corpo lúteo regride e a descamação endometrial acontece, ocasionando a menstruação e dando início há um novo ciclo menstrual (FREITAS *et al.*, 2011).

Segundo Freitas *et al.* (2011), o ciclo menstrual possui três fases, sendo elas a fase menstrual, a fase folicular (ou proliferativa) e a fase lútea/secretora. Consiste em uma

duração média de 28 dias, tendo seu início desde o primeiro dia da menstruação, onde o endométrio (que possui textura espessa) é excretado, geralmente com uma duração entre quatro a seis dias (MUIZZUDDIN et al., 2005; DRAPER et al., 2018). Posteriormente, a fase folicular (ou proliferativa) se insere entre 7 a 14 dias, resultando na ovulação. Após esse período, a fase lútea (ou secretora) se apresenta, consistindo nos dias 15 até o dia 28 do ciclo menstrual (MUIZZUDDIN et al., 2005; DRAPER et al., 2018).

O ciclo menstrual sofre influência de dois principais hormônios ovarianos, sendo eles a progesterona e o estrogênio, onde o organismo da mulher passa por mudanças hormonais (PEDREGAL; MEDEIROS; SILVA, 2017). Além deles, os hormônios gonadotróficos, também conhecidos como hormônios hipofisários (Hormônio Folículo Estimulante (FSH) e o Hormônio Luteinizante (LH), interagem em algumas fases do ciclo menstrual e são secretados de acordo com as necessidades pré-estabelecidas em cada fase (FREITAS et al., 2011). Do mesmo modo, estimulam alterações morfológicas nos ovários de uma mulher fértil, induzindo a ovulação (GOLUB 1992 apud WOLPE; GRANZOTI, 2020).

Alguns sintomas transitórios da fase pré-menstrual são comuns, como náuseas, dores nas mamas e abdome, irritabilidade, ansiedade, além de cólicas menstruais. Esses sintomas podem permanecer até o fim do fluxo menstrual ou desaparecer após o início da menstruação, sendo uma condição individual (WIDIMAIER; RAFF; STRANG, 2017). Para Pedregal, Medeiros e Silva (2017), durante o ciclo menstrual há uma relação de neurotransmissores e hormônios sexuais que, no auge de sua liberação, acaba aumentando os níveis de alterações e de sintomas emocionais (síndrome pré menstrual), a mulher pode ficar até mesmo impossibilitada de realizar suas atividades diárias.

Com isso, estes dois hormônios podem influenciar no estado de humor, por conta do estrogênio apresentar uma ação antidepressiva, enquanto a progesterona produz um efeito depressivo (SILVA; DE SÁ, 2006). Além disso, o American College of Obstetricians and Gynecologists cita que tanto os sintomas emocionais quanto físicos podem limitar e afetar significativamente as atividades diárias das mulheres acometidas (ZUNTINI; ARAUJO; SOARES, 2018). Outro estudo realizado, verificou a prevalência dos sintomas durante o período menstrual, e entre as entrevistadas, 43,3% declararam algum sintoma intenso provocando prejuízos à sua vida diária (NOGUEIRA et. al, 2000).

Em 2019 foi apresentado, por um deputado federal, o Projeto de Lei 1143/2019, que tem como objetivo introduzir na legislação trabalhista a licença menstrual. Essa Lei entrou

em vigor em 2023, onde diz que a mulher que trabalha poderá se afastar do trabalho por até 3 (três) dias ao mês, durante o período menstrual, podendo ser exigida a compensação das horas não trabalhadas. Visando aumentar o rendimento das mulheres no trabalho, considerando que o afastamento do trabalho durante a menstruação tem respaldo científico, propondo, pois, a alteração na legislação trabalhista (BRASIL, 2019).

Observa-se ainda na tabela 4, que ao correlacionar as variáveis categóricas por meio do Teste Qui-Quadrado, é possível examinar a associação estatística entre as variáveis, correlacionadas ao fato das participantes já terem deixado de ir à escola por estarem menstruadas (absenteísmo). Foi identificado que existe evidência de associação estatística significativa, com o p-valor <0,05 (menor que 0,05) correlacionada a moradia com o pai, grau escolar, dificuldades financeiras, sentimentos de fragilidade, vergonha, autoestima baixa e constrangimento.

Tabela 4: Distribuição das variáveis e teste de associação ao absenteísmo, em 2023.

		Já deixou de ir à escola por estar menstruada?		P-valor*
		Não	Sim	<0,05
Você mora com seu pai?	Não	105 (20,70%)	159 (31,30%)	0,041
	Sim	120 (23,60%)	124 (24,40%)	
		Já deixou de ir à escola por estar menstruada?		P-valor*
		Não	Sim	<0,05
Grau escolar, ensino fundamental (EF) ou ensino médio (EM).	EF	37 (7,30%)	23 (4,50%)	0,006
	EM	188 (37%)	260 (51,20%)	
		Já deixou de ir à escola por estar menstruada?		P-valor*
		Não	Sim	<0,05
Você tem dificuldades financeiras para comprar absorventes/outras produtos de higiene menstrual?	Às vezes	28 (5,50%)	72 (14,20%)	<0,05
	Não	186 (36,60%)	191 (37,60%)	0,0004
	Sim	11 (2,20%)	20 (3,90%)	
		Já deixou de ir à escola por		P-valor*

		estar menstruada?		
		Não	Sim	
Você concorda com a seguinte frase:				
"Não tenho dinheiro nem para menstruar, nem sempre consigo comprar absorvente."	Concordo	112 (22%)	169 (33,30%)	<0,05
	Não Concordo	113 (22,20%)	114 (22,40%)	0,03

		Já deixou de ir à escola por estar menstruada?		P-valor*
		Não	Sim	<0,05
Quando menstruada	Não	129 (25,40%)	122 (24%)	0,001
"me sinto frágil"	Sim	96 (18,90%)	161 (31,70%)	

		Já deixou de ir à escola por estar menstruada?		P-valor*
		Não	Sim	<0,05
Quando menstruada	Não	200 (39,40%)	230 (45,30%)	0,02
"tenho vergonha"	Sim	25 (4,90%)	53 (10,40%)	

		Já deixou de ir à escola por estar menstruada?		P-valor*
		Não	Sim	<0,05
Quando menstruada	Não	143 (28,10%)	134 (26,40%)	0,0003
"fico com autoestima baixa"	Sim	82 (16,10%)	149 (29,30%)	

		Já deixou de ir à escola por estar menstruada?		P-valor*
		Não	Sim	<0,05
Você concorda com a seguinte frase:				
"Me sinto constrangida na escola ou em outro local público por conta da menstruação."?	Concordo	104 (20,50%)	90 (17,70%)	
	Não Concordo	121 (23,80%)	193 (38%)	0,001

*Teste de Associação Qui-Quadrado.

Fonte: Dados produzidos pelos próprios autores, 2023.

Ao analisar a tabela 4, é possível uma interpretação na primeira parte de que meninas que não moram com o pai estão sujeitas a deixar de ir à escola por estar menstruada, mostrando 31,30% da amostra e o p-valor de 0,041. Em relação ao grau escolar, a maior porcentagem de absenteísmo se mostra evidente em meninas do Ensino Médio (51,20% da amostra com o p-valor 0,006).

O termo absenteísmo, também chamado de ausentismo ou absentismo, é uma expressão empregada para descrever a ocorrência de faltas ou ausências por parte de indivíduos em relação às suas obrigações, quer seja no ambiente de trabalho, na escola ou em outras atividades de importância. Essas ausências englobam atrasos, partidas antecipadas e faltas por motivos variados, como doenças, compromissos pessoais ou falta de estímulo. O absenteísmo assume um caráter considerável para as organizações, pois pode acarretar diversos efeitos adversos (OLIVEIRA, 2015).

O padrão de absenteísmo escolar pode variar entre meninas no ensino médio de acordo com vários fatores, incluindo contexto cultural, socioeconômico, localização geográfica e políticas educacionais. No entanto, historicamente, em alguns contextos, meninas têm sido mais propensas a faltar à escola por razões relacionadas à menstruação e outros fatores associados (NASCIMENTO, 2021).

Quando analisadas as dificuldades financeiras, alguns dados se divergem. De acordo com a tabela na pergunta “Você tem dificuldades financeiras para comprar absorventes/outras produtos de higiene menstrual?” o percentual maior de respostas afirmam que não apresentam dificuldade, mas ainda assim, deixam de ir para a escola por estarem menstruadas (37,60% da amostra e p-valor 0,0004), já quando é perguntado “Você concorda com a seguinte frase: Não tenho dinheiro nem para menstruar, nem sempre consigo comprar absorvente.” o percentual das que afirmam que concordam com a frase, aumenta em relação às que não concordam, assim, a evidência de associação estatística é confirmada com o p-valor de 0,03 e o percentual de 33,30% de meninas que concordam com a frase e já deixaram de ir à escola por estarem menstruadas.

A questão do absenteísmo escolar não surge como uma novidade no cenário educacional, e, raramente, será erradicado no contexto brasileiro a curto ou médio prazo. Mesmo que o Estado possa elaborar estratégias para enfrentá-la, o combate ao absenteísmo enfrenta desafios consideráveis, uma vez que está sujeito a uma série de fatores que influenciam o sistema e o ambiente escolar. Isso se dá devido à complexidade do contexto

social, das emoções humanas e das dinâmicas de trabalho, que constituem algumas das variáveis independentes e escapam à capacidade de monitoramento por parte do governo (NASCIMENTO, 2021).

A saúde, ligada à higiene, e a pobreza, também são apontadas como possíveis causas do absenteísmo. Famílias com dificuldades financeiras podem ter alterações em atender às necessidades básicas de seus filhos, como alimentação adequada, roupas e produtos de higiene. Isso pode levar a problemas de saúde, constrangimento ou desmotivação para frequentar a escola (OLIVEIRA, 2015).

Em relação a sentimentos e sensações, o percentual de absenteísmo mostra associação estatística significativa para as que confirmam se sentirem frágeis (31,70%) com p-valor 0,001, que sentem vergonha (29,30% e p-valor 0,02), que ficam com autoestima baixa (29,30% e p-valor 0,0003), em relação às meninas que concordam com a frase “Me sinto constrangida na escola ou em outro local público por conta da menstruação” (38% da amostra e p-valor 0,001), ou seja, deixam de ir a escola por estarem menstruadas e por essas variáveis e fatores associados.

Em contextos onde a menstruação é considerada um tabu, é possível observar que as meninas podem enfrentar obstáculos que as impedem de frequentar a escola quando estão menstruadas. Isso pode ser resultado de restrições impostas pelo ambiente social, onde o estigma em torno da menstruação prevaleceu. Nesses casos, as meninas podem ser desencorajadas a sair de casa durante seu período menstrual, optando permanecer em casa devido à timidez, baixa autoestima, vergonha, constrangimento ou até mesmo enfrentar situações desconhecidas em relação ao período menstrual. Desta forma, tais fatores sociais, culturais e emocionais têm o potencial de influenciar a frequência escolar, causando uma disparidade no acesso à educação (WILLS, 2020).

Na etapa seguinte foram abordadas perguntas sobre a saúde física e o conhecimento das adolescentes em relação à gestão da higiene menstrual. Desse modo, informações sobre a menarca (primeira menstruação), conhecimento acerca do corpo e do termo “pobreza menstrual” e como foram feitas as orientações, podem ser observadas na tabela 5.

Tabela 5: Distribuição das variáveis em relação à menarca, conhecimentos e orientação, no ano de 2023.

Menarca; Conhecimentos; Orientação	n	%
------------------------------------	---	---

PERÍODO DA MENARCA		
Entre 9 e 10 anos	97	19,10%
Entre 11 e 12 anos	310	61%
Entre 13 e 14 anos	97	19,10%
Entre 15 e 16 anos	4	0,80%
Entre 17 e 18 anos	-	-
19 anos ou mais	-	-

SABE O QUE ACONTECE COM O CORPO?		
Sim	314	61,80%
Pouco conhecimento	180	35,40%
Não sei	14	2,80%

JÁ OUVIU FALAR EM POBREZA MENSTRUAL?		
Sim	183	36%
Pouco conhecimento	110	21,70%
Não	215	42,30%

COMO FOI ORIENTADA SOBRE MENSTRUÇÃO?		
Por algum familiar/conhecidos	344	67,70%
Na escola	13	2,60%
Aprendi sozinha	96	18,90%
Não tive instrução antes de menstruar	55	10,80%

Fonte: Dados produzidos pelos próprios autores, 2023.

De acordo com a tabela 5, a menarca se mostra prevalente entre 11 e 14 anos, com 80,10% da amostra. Sendo assim, 19,10% entre 9 e 10 anos e apenas 0,80% entre 15 e 16 anos, apresentando 0% entre as idades de 17 e 19 anos.

Em um estudo realizado e publicado pela Revista de Encontros Universitários da UFC (Universidade Federal do Ceará), a idade de prevalência da menarca foi de 13 anos (32,40%), seguido dos 11 anos (20,60%) e, então, 12 anos (17,60%), em concordância com a prevalência da amostra (ARRAES *et al.*, 2021).

Quanto ao conhecimento em relação ao que acontece com o próprio corpo durante o período menstrual, 61,80% das meninas afirmam que sim. Seguindo com 35,40% apresentando pouco conhecimento e apenas 2,80% das meninas com a resposta “não sei”.

Um número relevante e intrigante de meninas que afirmam conhecimento, visto que, a maioria dos estudos mostram um déficit na educação menstrual. Deve-se então levar também em consideração a limitação de perguntas, não existindo (nessa amostra) questionamentos mais específicos e aprofundados quanto ao conhecimento e gerenciamento do ciclo e da higiene menstrual.

Em um outro estudo, é evidenciado que grande parte das adolescentes não monitoram seu próprio ciclo menstrual (MARQUES *et al.*, 2021). Muitas não entendem os padrões menstruais e durações normais, dessa forma, acreditam que a menstruação sempre chegará de forma inesperada. Conseqüentemente, é visto que existe déficit na educação às meninas e aos pais (que muitas vezes são os que orientam as filhas) em relação ao conhecimento correto sobre os padrões menstruais. A falta de tal ensino, agrava diretamente a pobreza menstrual, o não conhecimento do próprio corpo e o conhecimento superficial cercado de tabus, sendo portanto, umas das tantas questões a serem resolvidas (JOST; MACHADO, 2021; MARQUES *et al.*, 2021).

No que tange, à orientação, a pergunta se direciona na afirmação de terem recebido instruções antes da menstruação e quem as realizaram. Foi evidenciada a prevalência de 67,70% das meninas orientadas por algum familiar/conhecido. Já, 10,80% afirma não ter recebido instrução antes de menstruar e 18,90% afirma que aprendeu sozinha. Sendo apenas 2,60% da amostra orientada na escola.

De acordo com o relatório realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a própria família, em muitos casos, introduz desde o início o assunto sobre a menstruação. Por conseguinte, as mães aparecem como as principais responsáveis por, de certa forma, possuírem o principal papel de cuidadoras de suas filhas (UNFPA; UNICEF, 2018).

Contudo, a abordagem do ciclo menstrual e da saúde reprodutiva é um assunto delicado e muitas vezes pode ser afetado por estigmas e tabus. Constantemente, a menção à menstruação ocorre disfarçada de eufemismos, sugerindo que o ato de menstruar é impróprio e deve ser oculto. Conseqüentemente, em muitos casos, é a própria família que introduz tabus e crenças que podem restringir o conhecimento adequado (SILVA, 2022).

Em concomitância, conforme a tabela supracitada, apenas 2,60% da amostra afirma ter sido orientada na escola. Temas sobre o corpo feminino e seus processos, no contexto escolar, é ainda hoje considerado tabu. Portanto, evitar essa temática, especialmente na educação de crianças e adolescentes, costuma ser muito prejudicial (SILVA et al., 2022).

A sociedade tende a negar a discussão desse assunto, e tanto os professores quanto os profissionais de saúde enfrentam dificuldades em lidar com a educação sexual e menstrual. A escola se depara com situações que exigem intervenção, como brincadeiras entre colegas e mensagens escritas nas portas dos banheiros. Portanto, fica evidente a necessidade de fornecer formação contínua aos professores, especificamente voltada para a abordagem da sexualidade, para que estejam melhor preparados para lidar com eventualidades que possam surgir (RIBEIRO; REIS, 2020).

É de extrema importância que a educação menstrual seja adaptada a cada faixa etária, de modo a abordar também questões sensíveis, como casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes. Ao fornecer informações apropriadas sobre o ciclo menstrual desde cedo, pode-se ajudar a identificar precocemente situações de abuso, evitando assuntos ocultos, ou até mesmo uma gravidez indesejada. Em certos casos, a gravidez ocorre antes mesmo da menarca, devido à repetição de abusos frequentes que ocorreram ao longo de vários anos. Portanto, a educação menstrual adequada contribui também para quebrar o silêncio e o estigma em torno dessas questões sensíveis, permitindo que crianças e adolescentes tenham conhecimento e confiança para relatar qualquer tipo de abuso sexual que possam ter sofrido (UNFPA; UNICEF, 2018).

Em relação ao termo “Pobreza Menstrual”, é evidenciado que 42,30% da amostra afirma não conhecer ou não ter ouvido falar. Um percentual de 36% afirma conhecer o termo e 21,70% afirma ter pouco conhecimento.

Observa-se que há um nível de pobreza e vulnerabilidade tão profundo que as pessoas que estão imersas nessas condições, desconhecem a existência de uma palavra ou termo que descreve sua situação. Ao abordar sobre "pobreza menstrual", é comum constatar a falta de familiaridade.

Os dados da presente pesquisa, podem ser correlacionados a um estudo comissionado pela Sempre Livre, uma marca de cuidados íntimos da Johnson & Johnson Consumer Health, que revela que 94% das mulheres de baixa renda entrevistadas desconhecem o conceito de pobreza menstrual, o qual elas próprias são protagonistas. É evidente a falta de

reconhecimento do seu espaço social e de seu pertencimento. Essa falta de conhecimento sobre o termo "pobreza menstrual" reflete a invisibilidade e o silêncio que envolvem essa questão (SEMPRE LIVRE & KYRA, 2018).

Em junho de 2018, o Fundo de População das Nações Unidas identificou que a pobreza menstrual representa um obstáculo ainda mais significativo para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade. Isso inclui indivíduos que não possuem moradia, pessoas com deficiência, homens transgêneros e aquelas que estão privadas de liberdade (UNFPA; UNICEF, 2018).

É relevante mencionar algumas alternativas de políticas públicas para lidar com essa problemática, tais como: a redução ou eliminação de impostos sobre produtos de higiene menstrual, a distribuição gratuita desses produtos, o aumento da quantidade de absorventes fornecidos mensalmente às mulheres encarceradas, a inclusão de produtos de higiene menstrual na cesta básica, a criação de incentivos para empresas que combatem a pobreza menstrual na sociedade em que atuam, a promoção de campanhas publicitárias voltadas para a conscientização da população e a inclusão do tema na grade curricular das escolas, entre outras medidas (ASSAD, 2021).

Pode-se observar na tabela 6, que ao correlacionar as variáveis categóricas por meio do Teste Qui-Quadrado, é possível examinar a associação estatística entre as variáveis, idade da menarca e ter ou não ter recebido orientações antes de menstruar. Foi identificado que existe evidência de associação estatística significativa, com o p-valor <0,05 (0,042), no que se refere a resposta "aprendi sozinha".

Tabela 6: Distribuição das variáveis idade da menarca e orientação sobre a menarca, em 2023.

		Orientação - Aprendeu sozinha		P-valor*
		Não	Sim	
Quando foi sua primeira menstruação (menarca)?	Entre 11 e 12 anos	256 (50,40%)	54 (10,60%)	0,042
	Entre 13 e 14 anos	71 (14%)	26 (5,1%)	
	Entre 15 e 16 anos	2 (0,4%)	2 (0,4%)	
	Entre 9 e 10 anos	83 (16,30%)	14 (2,8%)	

*Teste de Associação Qui-Quadrado.

Fonte: Dados produzidos pelos próprios autores, 2023.

Ao analisar a tabela, torna-se evidente a interpretação de que as meninas que tiveram a menarca mais cedo (entre as idades de 11 e 12 anos e 13 e 14 anos), estão sujeitas a aprenderem sobre a menstruação e a gestão da higiene menstrual sozinhas.

Os pais eximem-se da responsabilidade de educar sexualmente os filhos por acreditarem que eles são jovens demais para falar sobre o assunto. Para diversos adultos, a sexualidade é um assunto proibido para crianças e adolescentes de pouca idade, ou seja, evitam discutir com eles os questionamentos relacionados ao tema (JOST; MACHADO, 2021). Este fato pode justificar o maior número de meninas que aprendem sozinhas.

Ao evitar abordar o assunto por considerar prematuro, a falta de uma educação adequada acaba se agravando. A ausência de informações claras e precisas sobre a menstruação, pode levar as crianças e adolescentes a tirarem suas próprias conclusões ou buscarem respostas em fontes não confiáveis, como colegas de escola ou informações na internet. Isso pode levar a equívocos, concepções errôneas e até mesmo ansiedade (MARQUES *et al.*, 2021).

Portanto, a inclusão do tema de sexualidade e menstruação na grade curricular das escolas é de fundamental importância para o desenvolvimento saudável e integral dos estudantes. Essa abordagem vai além de fornecer informações básicas sobre o assunto, pois busca promover a compreensão e o respeito pelos corpos, relacionamentos e questões de gênero (ASSAD, 2021).

Na tabela 7, é exposto informações sobre produtos considerados não indicados para absorver o sangramento da menstruação, assim como o conhecimento em relação aos riscos e alguns aspectos da saúde física nos últimos 6 meses (coceira, corrimento, infecção ou mau cheiro).

Tabela 7: Distribuição das variáveis em relação a produtos considerados não indicados, conhecimentos dos riscos e alguns aspectos da saúde física nos últimos 6 meses, em 2023.

Produtos; Riscos; Apresentou em 6 meses;	n	%
USOU PRODUTOS NÃO INDICADOS		
Não	322	63,50%
Papel Higiênico	172	33,90%
Pano / Roupa velha	25	4,90%
Toalhas	7	1,40%

Algodão	7	1,40%
Jornal	-	-
Saco Plástico	-	-
Miolo de Pão	-	-
Outros	3	0,60%

SABE OS RISCOS

Sim, tenho conhecimento	297	58,50%
Não tenho conhecimento	67	13,20%
Pouco conhecimento	144	28,30%

SINTOMAS APRESENTADOS NOS ÚLTIMOS 6 MESES

Coceira	80	15,70%
Corrimento	182	35,80%
Infecção	9	1,90%
Mau cheiro	55	10,80%
Não apresentou (nada)	274	53,90%

Fonte: Dados produzidos pelos próprios autores, em 2023.

No que diz respeito ao uso de produtos não indicados, a maior parte das meninas afirmam não ter utilizado, revelando 63,50%. No caso das que usaram, a prevalência é referente ao uso de papel higiênico, com 33,90%. E dos outros produtos (pano/roupa velha, toalhas, algodão, jornal, saco plástico, miolo de pão e outros) os números são estatisticamente baixos, evidenciando uma pequena porção mais evidente em panos/roupas velhas, de 4,90%. É relevante ressaltar que nessa pergunta, as variáveis foram obtidas por meio de caixas de seleção, permitindo que as respondentes marcassem mais de uma opção na questão.

Devido ao elevado custo dos produtos de higiene menstrual, como absorventes descartáveis e coletores menstruais, mulheres cisgênero, homens transexuais e pessoas não binárias que menstruam muitas vezes recorrem a métodos inseguros para lidar com a menstruação. O uso de produtos considerados inadequados, como jornais, sacolas plásticas, folhas de papel, meias, miolos de pão e até mesmo a reutilização de absorventes descartáveis, coloca em risco a saúde física dessas pessoas (QUEIROZ, 2015).

Nota-se um aumento no número dos casos de infecções vaginais por conta da falta de acesso à informação e conhecimento das meninas no momento da menarca. Estudos têm demonstrado que, em grande parte dos casos, as famílias falham em fornecer informações adequadas, produtos e soluções de saneamento relacionados à higiene menstrual (SOMMER, 2015).

Os dados encontrados divergem de outros estudos realizados, em que a pobreza menstrual e o uso de produtos não indicados mostram alto índice e resultado preocupante. Conforme dados da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), 12,50% da população feminina global enfrenta a falta de acesso a produtos de higiene devido aos altos custos (MOVIMENTO ODS, 2020). No contexto brasileiro, esse número aumenta para 26% (SEMPRE LIVRE & KYRA, 2018).

Durante a pandemia de COVID-19, o Brasil enfrentou um aumento nos índices de pobreza, o que dificultou ainda mais o acesso a produtos de higiene para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Essa realidade ressalta o impacto significativo da questão socioeconômica na vida daqueles que menstruam, especialmente quando combinada com a falta de diálogo e conscientização sobre o assunto. É crucial que as pesquisas realizadas abordem a menstruação e os corpos que menstruam a partir de uma perspectiva política e social, a fim de promover uma maior compreensão e sensibilização sobre essa temática (SILVA, 2022).

Sobre o conhecimento dos riscos que a falta de higiene menstrual pode trazer, a prevalência é maior nas que afirmam ter conhecimento dos riscos, apresentando 58,50% das respostas. Já 28,30%, afirmam ter pouco conhecimento e apenas 13,20% declara não ter conhecimento.

Quando questionado se elas apresentaram sinais e sintomas como coceira, corrimento, infecção ou mau cheiro nos últimos 6 meses, 35,80% afirmaram ter notado corrimento vaginal, 15,70% relata ter apresentado prurido (coceira), 10,80% mau cheiro e apenas 1,90% afirma ter apresentado algum tipo de infecção nos últimos 6 meses. É evidenciado que 53,90% afirmam não apresentar nenhum dos eventos relacionados ao corpo feminino. Vale destacar que nessa pergunta, poderiam marcar mais de uma opção para a resposta.

Ao analisar os dados sobre os riscos que a falta de higiene menstrual e os sinais clínicos relacionados à infecção, foi possível verificar a associação estatística das variáveis com o p-valor de 0,0009.

Tabela 8: Distribuição das variáveis riscos sobre a falta de higiene menstrual e sintomas clínicos, em 2023.

		Você apresentou coceira nos últimos 6 meses?		
		Não	Sim	P-valor*
Você sabe os riscos que a falta de higiene menstrual pode trazer?	Não tenho conhecimento	48 (9,4%)	19 (3,7%)	0,009
	Pouco conhecimento	123 (24,2%)	21 (4,1%)	
	Sim, tenho conhecimento	257 (50,6%)	40 (7,9%)	

		Você apresentou corrimento nos últimos 6 meses?		
		Não	Sim	P-valor*
Você sabe os riscos que a falta de higiene menstrual pode trazer?	Não tenho conhecimento	39 (7,70%)	28 (5,50%)	0,008
	Pouco conhecimento	80 (15,70%)	64 (12,60%)	
	Sim, tenho conhecimento	207 (40,70%)	90 (17,70%)	

		Você apresentou infecção nos últimos 6 meses?		
		Não	Sim	P-valor*
Você sabe os riscos que a falta de higiene menstrual pode trazer?	Não tenho conhecimento	65 (12,80%)	2 (0,40%)	0,327
	Pouco conhecimento	143 (28,10%)	1 (0,20%)	
	Sim, tenho conhecimento	294 (57,90%)	3 (0,60%)	

		Você apresentou mau cheiro nos últimos 6 meses?		
		Não	Sim	P-valor*

Você sabe os riscos que a falta de higiene menstrual pode trazer?	Não tenho conhecimento	54 (10,60%)	13 (2,60%)	0,001
	Pouco conhecimento	122 (24%)	22 (4,30%)	
	Sim, tenho conhecimento	277 (54,4%)	20 (3,90%)	

Valores em frequência

*Teste de Associação Qui-Quadrado.

Fonte: Dados produzidos pelos próprios autores, em 2023.

Com a tabela 8, podemos observar que as meninas que afirmam apresentar conhecimento sobre os riscos da falta da gestão da higiene menstrual adequada, prevalecem no quesito de identificar mudanças no próprio corpo (afirmando ter apresentado coceira, corrimento, infecção ou mau cheiro nos últimos 6 meses). Coceira, corrimento e mau cheiro mostram evidência de associação estatística com p-valor <0,05. E apenas infecção não apresenta evidência, com p-valor >0,30.

A falta de conhecimento e de cuidados adequados durante a menstruação pode acarretar uma série de problemas de saúde e bem-estar. É preocupante constatar que muitas meninas enfrentam dificuldades para identificar problemas relacionados ao seu corpo. Uma das consequências mais comuns da falta de cuidado é a irritação da pele e das mucosas. O uso inadequado de produtos de higiene menstrual pode levar a alergias e irritações cutâneas, causando desconforto e coceira. Além disso, a pouca troca de absorventes ao longo do dia, pode aumentar a umidade e favorecer o crescimento de bactérias e fungos, resultando em infecções urogenitais, como cistite e candidíase (UNFPA; UNICEF, 2021).

Em uma pesquisa realizada pela Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO) e conduzida pelo Instituto Datafolha, em novembro de 2018, foi evidenciado que aproximadamente 20% das mulheres brasileiras acima dos 16 anos não procuram exames ginecológicos/citopatológicos com frequência e não realizam consultas regulares ao ginecologista (SANTOS, 2019).

As principais razões para esse cenário são: a autopercepção de estar saudável (31%), mesmo sem ter passado por qualquer avaliação médica, e não achar importante ou necessário (22%). Tal cenário pode se justificar pela escassez de educação adequada sobre saúde reprodutiva (SANTOS, 2019).

É responsabilidade de toda a sociedade, incluindo governos, instituições de saúde, educadores e famílias, promover ações que garantam a menstruação com dignidade, saúde e bem-estar (JOST; MACHADO, 2021).

Na tabela 9, ao correlacionar as variáveis categóricas é possível examinar a associação estatística entre a saúde física e o absenteísmo escolar, por meio do teste de associação Qui-Quadrado.

Tabela 9: Distribuição das variáveis de associação entre a saúde física e o absenteísmo escolar, em 2023.

		Já deixou de ir à escola por estar menstruada?		P-valor*
		Não	Sim	
Você utiliza ou já utilizou produtos considerados não indicados para absorver o sangramento?				<0,05
Não		157 (30,90%)	165 (32,50%)	0,01
Sim		68 (13,40%)	118 (23,20%)	
Você apresentou coceira, corrimento, infecção ou mau cheiro nos últimos 6 meses?				<0,05
Não		132 (26%)	140 (27,60%)	0,04
Sim		93 (18,30%)	143 (28,10%)	

*Teste de Associação Qui-Quadrado.

Fonte: Dados produzidos pelos próprios autores, 2023.

Observa-se que o percentual das que afirmam terem utilizado produtos não indicados é maior quando associado ao absenteísmo escolar, mostrando que 23,20% da amostra (p-valor 0,01) deixaram de ir à escola, enquanto 13,40% não deixaram de ir, mesmo afirmando terem utilizado produtos não indicados. Em relação a saúde física, quando perguntado “Você apresentou coceira, corrimento, infecção ou mau cheiro nos últimos 6 meses?”, a porcentagem é de 28,10% da amostra das que apresentaram alguma dessas opções associadas ao fato de terem deixado de ir à escola (p-valor 0,04).

O absenteísmo escolar, então, pode estar associado tanto ao uso de produtos não indicados, quanto também ao aparecimento de alguns sinais e sintomas. Sem o conhecimento adequado, as meninas podem não buscar ajuda de um profissional da saúde, ou podem até mesmo acreditar que esses sintomas são normais e/ou vão passar em pouco tempo. Oferecer informações corretas contribui para a diminuição do impacto dos distúrbios menstruais e possibilita o diagnóstico precoce de possíveis condições que podem afetar sua saúde geral e reprodutiva. Dessa forma, elas estarão preparadas para buscar atendimento de saúde oportuno quando necessário (MARQUES et al., 2021).

Diante desses riscos e consequências, é fundamental promover a conscientização sobre a importância dos cuidados menstruais adequados. Isso inclui a utilização de produtos de higiene menstrual seguros, a troca regular de absorventes ou outros métodos utilizados, a manutenção de uma higiene íntima adequada e o acesso a informações e recursos necessários para garantir a saúde e o bem-estar durante o período menstrual (BAHIA, 2021).

Durante a pesquisa realizada para coleta de dados, foi elaborado um material em parceria com a Liga Acadêmica de Saúde da Mulher na Enfermagem - CEUB Brasília (LIASME), abordando temas relacionados ao ciclo menstrual, dados sobre a pobreza menstrual e cuidados para prevenir infecções e doenças. Essa cartilha foi distribuída às adolescentes das escolas públicas do Distrito Federal (DF) que participaram da pesquisa. Além disso, também na cartilha e seguido por orientação das pesquisadoras, o contato e a localização do Centro de Atendimento Comunitário do CEUB (CAC - CEUB) foram divulgados para todas as jovens que precisassem conversar com profissionais de confiança, obter mais informações sobre cuidados e proteção, tirar dúvidas ou até marcar consultas.

A partir dessa iniciativa, foi possível observar a adesão das meninas ao buscar cuidados. Embora não se tenha o número exato de meninas que buscaram atendimento, constatou-se uma quantidade significativa dessas adolescentes entrando em contato, marcando consultas e realizando exames citopatológicos e preventivos no Centro de Atendimento Comunitário do CEUB.

Portanto, investir na realização de orientações e oferecer suporte às adolescentes para que realizem consultas e exames citopatológicos e preventivos é de extrema importância para garantir a saúde e o bem-estar dessas jovens. Essas práticas contribuem para que elas desenvolvam uma maior consciência sobre sua saúde reprodutiva, higiene e cuidados com o próprio corpo.

Além disso, foi feita uma parceria com o curso de jornalismo do UniCEUB, para divulgação da pesquisa e do tema. As alunas Letícia Seabra da Costa, Juliana de Medeiros Queiroz e a orientadora da pesquisa Vanessa Alvarenga Pegoraro participarão de uma entrevista científica, onde falarão a respeito da pesquisa e da temática.

É importante lembrar que se trata de um estudo de corte transversal e por isso fez-se um retrato situacional desse público alvo em estudo (GORDIS,2013), porém desfecho e exposição são coletados de forma simultânea, impossibilitando fazer inferências causais sobre esse assunto. Por fim, ressalta-se que este tipo de estudo é um bom indicador para verificar políticas vigentes e estabelecer hipóteses para estudos futuros mais aprofundados que considerem o padrão de temporalidade ou ainda que trabalhem com grupos focais para entender elementos narrativos dessa situação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou descrever o estado que se encontra o gerenciamento da higiene menstrual entre alunas de escolas públicas da capital brasileira e associar o conhecimento dessas alunas acerca do tema, a infraestrutura de suas moradias e escola e, buscou-se compreender sobre o impacto da pobreza menstrual no absenteísmo escolar. Desse modo, foi verificado que a minoria das meninas relataram não deixar de realizar suas atividades por conta da menstruação, mas quando se trata sobre o absenteísmo escolar, mais da metade das alunas entrevistadas relatam faltar às aulas por estarem menstruadas.

Além disso, foi constatado que o conhecimento das alunas a respeito da pobreza menstrual é mínima e os fatores associados para o absenteísmo escolar englobam, principalmente, a falta de infraestrutura nas escolas, a ausência ou dificuldade de acesso a produtos de higiene menstrual no ambiente escolar e o constrangimento por estarem menstruadas. Evidencia-se que o tema em questão é tratado como tabu, o que acaba restringindo a participação em atividades escolares e limitando a convivência delas entre seus colegas, ou seja, podendo afetar a saúde mental dessas meninas.

Ao longo deste estudo, pode-se explorar a complexidade dessa problemática, que transcende as barreiras geográficas e culturais, afetando diversas adolescentes e mulheres em todo o mundo. Assim sendo, evidencia-se que a pobreza menstrual não é apenas uma questão de saúde feminina, mas também uma barreira significativa para o acesso à

educação. A falta de acesso a produtos de higiene menstrual pode comprometer a aprendizagem das meninas e mulheres, minando sua autoestima e limitando suas oportunidades educacionais. O ciclo vicioso entre pobreza menstrual e absenteísmo escolar contribui para a reprodução da desigualdade de gênero e perpetua o ciclo de privação econômica.

Além do mais, foi revelado que existem abordagens e soluções eficazes para lidar com a pobreza menstrual e reduzir o absenteísmo escolar. Programas de distribuição gratuita de produtos de higiene menstrual, educação sexual abrangente e conscientização comunitária desempenham um papel fundamental na mitigação desses problemas. Ademais, a promoção do diálogo aberto sobre menstruação e a implementação de políticas públicas sensíveis ao gênero podem contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No entanto, reconhecemos que o enfrentamento da pobreza menstrual e do absenteísmo escolar requer uma abordagem multifacetada, envolvendo não apenas o setor educacional, mas também governamental e organizações não governamentais, o setor privado e a sociedade como um todo. É imperativo que todas as partes interessadas colaborem ativamente para reduzir as barreiras que impedem o pleno desenvolvimento das meninas e mulheres, garantindo seu acesso inalienável à educação e oportunidades dignas.

Foi verificado que o fenômeno da pobreza menstrual demonstra que há negligenciamento das condições mínimas para a garantia da dignidade da pessoa humana, ignorando as necessidades fisiológicas de cerca de metade da humanidade, ou seja, de meninas e mulheres. A partir dessa negligência, pode surgir a urgência de remediar os problemas, evitáveis, decorrentes da falta de manejo adequado da menstruação. Problemas esses que seriam facilmente prevenidos com os devidos investimentos em infraestrutura e acesso aos produtos menstruais. Além disso, quando vivenciada desde a infância, a pobreza menstrual pode resultar ainda em sofrimentos emocionais que dificultam o desenvolvimento de uma mulher adulta com seus potenciais plenamente explorados.

À medida que avançamos para um futuro no qual a igualdade de gênero e o empoderamento feminino são objetivos centrais, é essencial que a pobreza menstrual e o absenteísmo escolar não sejam mais negligenciados. Este estudo serve como um apelo à ação para todos os setores da sociedade, visando criar um ambiente onde todas as meninas e mulheres possam prosperar livremente, sem restrições impostas pela falta de acesso à higiene menstrual e à educação. Juntos, podemos transformar essa realidade e construir um

mundo mais justo, inclusivo e equitativo para todos.

E, por fim, foi realizada parceria com o curso de jornalismo e com a disciplina de Estágio II do curso de Enfermagem, além da produção de folders informativos e vídeo sobre a temática, a fim de proporcionar conhecimento, divulgar e informar sobre o gerenciamento da higiene menstrual, prevenção de doenças e como isso pode afetar as adolescentes em período escolar.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Segue para a Câmara seguro-desemprego extra durante epidemias.

Senado notícias. 22 de novembro de 2022, 12:20. Disponível em:

<https://encurtador.com.br/IFRZ2> Acesso em: 31 jul 2023.

AMARAL, T.; NOGUEIRA, D. **Projeto de Lei Nº428, de 2020**. Sala das Sessões, 2 de março de 2020. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2066442 Acesso em: 25 jan 2022.

ASSAD, B.F. Políticas Públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. **Revista Antinomias**. v. 2, n. 1, 2021. Disponível em:

<http://www.antinomias.periodikos.com.br/article/60e39095a9539505a0471774/pdf/antinomias-2-1-140.pdf> Acesso em: 23 jan 2022.

BANT.; A. **Nações Unidas Brasil - Fundo de População da ONU e UNICEF lançam relatório sobre Pobreza Menstrual no Brasil**. 28 de maio de 2021. Brasília. Disponível em:

<https://brasil.un.org/index.php/pt-br/129009-fundo-de-populacao-da-onu-e-unicef-lancam-relatorio-sobre-pobreza-menstrual-no-brasil> Acesso em: 20 fev 2022.

BAUER.; F. **Nações Unidas Brasil - Fundo de População da ONU e UNICEF lançam relatório sobre Pobreza Menstrual no Brasil**. 28 de maio de 2021. Brasília. Disponível em:

<https://brasil.un.org/index.php/pt-br/129009-fundo-de-populacao-da-onu-e-unicef-lancam-relatorio-sobre-pobreza-menstrual-no-brasil> Acesso em: 20 fev 2022.

BRASIL. **Conselho Nacional de Direitos Humanos no Brasil**. Recomendação nº 21, de 11 de dezembro de 2020. Disponível em:

https://www.gov.br/mdh/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/SEI_MDH1638484Recomendacao21.pdf Acesso em: 29 mar 2022.

BRASIL. Lei nº 7.051, de 3 de janeiro de 2022. **Atos do Poder Executivo**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 7. Disponível em:

http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/5f111cd596a14b72a474f9a22bd6b7a5/Lei_7051_2022.html Acesso em: 30 mar 2022.

BRASIL. Lei nº 14.214, de 8 de março de 2022. **Atos do Poder Executivo**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 7. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.989-de-8-de-marco-de-2022-384521183> Acesso em: 26 mar 2022.

BRASIL. Projeto de Lei nº 1.143, de 2019. **Atos do Poder Executivo**. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ajBR5> Acesso em: 31 jul 2023.

BRASIL. Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021. **Atos do Poder Executivo**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 3. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.214-de-6-de-outubro-de-2021-350926301>

Acesso em: 31 jul 2023.

BRÊTAS, J.R.S.; TADINI, A.C.; FREITAS, M.J.D.; GOELLNER, M.B. Significado da menarca segundo adolescentes. **Acta paul. enferm.** v. 25, n. 2, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ape/a/5Qy4wVLF8BZ6GgrwPqb5mL/> Acesso em: 31 jul 2023.

CARDOSO, L.F.; SCOLESE, A.M.; HAMIDADDIN, A.; et al. Pobreza menstrual e implicações para a saúde mental entre mulheres em idade universitária nos Estados Unidos. **BMC Women's Health.** v.21, n.14, 2021. Disponível em:

<https://bmcwomenshealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12905-020-01149-5> Acesso em: 18 jan 2022.

CARRANO, P. A pobreza menstrual é um problema de saúde pública. **Brasil de Fato.** Curitiba, 11 de outubro de 2021. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2021/10/11/entrevista-a-pobreza-menstrual-e-um-problema-de-saude-publica> Acesso em: 22 jan 2022.

CAVALCANTE, I.M.R. O manejo da higiene menstrual como direito da mulher resguardado pelos direitos humanos fundamentais. **Revista Jus Navigandi.** v.26, n.6649, 2021. Disponível em:

<https://jus.com.br/artigos/92959/o-manejo-da-higiene-menstrual-como-direito-da-mulher-resguardado-pelos-direitos-humanos-fundamentais> Acesso em: 15 jan 2022.

COLESANTE, M.F.L.; GOMES, I.P.; MORAIS, J.D.; COLLET, N. Impacto na vida de mães cuidadoras de crianças com doença crônica. **Revista Enfermagem UERJ.** v. 23, n. 4, 2015. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/4966/14241>

Acesso em: 31 jul 2023.

COLETOR MENSTRUAL SERÁ DISTRIBUÍDO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE. **CÂMARA LEGISLATIVA.** 04/01/2022, 18h55. Disponível em:

<https://encurtador.com.br/jvASV> Acesso em: 31 jul 2023.

ESPRO. E-BOOK Novo Ciclo. 2022. **Rotary Club. São Paulo,** 2022. Disponível em:

https://www.espro.org.br/wp-content/uploads/2021/10/EBOOK_NOVO_CICLO_ESPRO.pdf

Acesso em: 30 mar 2022.

GENG, C. What to know about period poverty. **Medical News Today.** 16 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.medicalnewstoday.com/articles/period-poverty> Acesso em: 17 jan 2022.

GORDIS, Leon. *Epidemiology e-book.* Elsevier Health Sciences, 2013.

GRUPO BANCO MUNDIAL. Menstrual Hygiene Management Enables Women and Girls to Reach their Full Potential. **The World Bank.** 25 de maio de 2018. Disponível em:

<https://www.worldbank.org/en/news/feature/2018/05/25/menstrual-hygiene-management>
Acesso em: 17 jan 2022.

HAJE, L. Doederlein, N. Projeto prevê distribuição gratuita de absorventes para mulheres de famílias inscritas no CadÚnico. **Agência Câmara de Notícias**. Câmara dos Deputados, 2021. Publicado 24/02/2021. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/728420-projeto-preve-distribuicao-gratuita-de-absorventes-para-mulheres-de-familias-inscritas-no-cadunico/> Acesso em: 17/01/2022

HENNEGAN, J.; WINKLER, T.I.; BORBEL, C.; KEISER, D.; et. al. Saúde menstrual: uma definição para política, prática e pesquisa. **Taylor e Francis**. vol. 29, n. 1, 2021. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/10.1080/26410397.2021.1911618> Acesso em: 30 mar 2022.

HINKLE, J.L.B.; SUDDARTH. Tratado de Enfermagem Médico Cirúrgica. **Grupo GEN**. 2020. 9788527736954. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527736954/> Acesso em: 26 mar 2022.

HOSMER DW; Lemeshow S, Sturdivant RX. Applied Logistic Regression, Third Edition, Wiley series in probability and statistics.2013.

LIMA, M.P.; MOREIRA, M.A.; MAYNARD, D.C.; CRUZ, M.F.A. Alterações fisiológicas e comportamentais da mulher no ciclo menstrual e o impacto da suplementação nutricional. **Research, Society and Development**. v. 10, n. 16, 2021. Acesso em: 31 jul 2023.

LIMA, P. O que é pobreza menstrual e por que ela afasta estudantes das escolas. **Agência Senado**. 29 de Julho de 2021. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/o-que-e-pobreza-menstrual-e-por-que-ela-afasta-estudantes-das-escolas> Acesso em: 17 jan 2022.

MIIRO, G.; RUTAKUMWA, R.; NAKIYINGI, M.J.; et al. Saúde menstrual e absenteísmo escolar entre meninas adolescentes em Uganda (MENISCUS): um estudo de viabilidade. **BMC Saúde da Mulher**. v.18, n.4, 2018. Disponível em:

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5753466/#CR7> Acesso em: 12 jan 2022.

MOTTA, I.D.; ARAÚJO, M.L.; SILVA, M.A. Por uma política pública educacional nacional de fornecimento de produtos de higiene menstrual. **Revista Direito e sexualidade**. v. 2, n. 2, 2021. Disponível em: [Vista do POR UMA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL NACIONAL DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS DE HIGIENE MENSTRUAL \(ufba.br\)](https://www.ufba.br/revista-direito-e-sexualidade/v2n2/vista-do-por-uma-politica-publica-educacional-nacional-de-fornecimento-de-produtos-de-higiene-menstrual) Acesso em: 30 mar 2022.

NASCIMENTO, H. D. Absentismo escolar - a opinião dos professores de duas escolas públicas em Belém do Pará-Brasil. Mestrado em Ciências da Educação – Supervisão Pedagógica.

Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais. 2021. Disponível em:

https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/29788/1/Mestrado-Ciencias_da_Educacao_Supervisao_Pedagogica-Hallan_Daniel_do_Nascimento.pdf Acesso em: 31 jul 2023.

NOGUEIRA, C.W.M.; SILVA, J.L.P. Prevalência dos sintomas da síndrome pré menstrual. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.** v. 22, n. 6. 2000. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbgo/a/MmvkQNS9wfnMT5YDrkPyFjR/?lang=pt&format=html>

Acesso em: 31 jul 2023.

OLIVEIRA, L. B. Absenteísmo: uma barreira à produtividade das organizações. **Repositório Faculdade Nossa Senhora Aparecida**. Curso de Administração. Aparecida de Goiânia. 2015.

Disponível em: <http://www.fanap.br/Repositorio/273.pdf> Acesso em: 3 ago 2023.

ONU. 62% das jovens que menstruam já deixaram de ir à escola ou a outro lugar por causa da menstruação. **Nações Unidas Brasil**. 15 de julho de 2021. Disponível em:

<https://brasil.un.org/pt-br/136226-62-das-jovens-que-menstruam-ja-deixaram-de-ir-escola-o-u-outro-lugar-por-causa-da-menstruacao> Acesso em: 21 jan 2022.

QUEIROZ, N. Presos Que Menstruam. **Grupo Editorial Record**. Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2015. Disponível em:

<https://www.record.com.br/presos-que-menstruam-de-nana-queiroz/> Acesso em: 23 jan 2022.

PAGANO, M.; Gauvreau, K. (2004). *Princípios de Bioestatística*. São Paulo: Thomson. 2004.

R CORE TEAM (2020). R: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. URL <https://www.R-project.org/>.

SANTOS, A.C.; FRAUSINO, N.M.S. A INFLUÊNCIA DO CICLO MENSTRUAL NO DESEMPENHO FÍSICO DE MULHERES PRATICANTES DE TREINAMENTO RESISTIDO. **PUC GOIÁS**. 2021.

Disponível em:

<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3120/1/Artigo%20Alyne%20Crizostimo%20dos%20Santos.pdf> Acesso em: 31 jul 2023.

SEMPRE LIVRE. Dignidade menstrual em números. Site Sempre Livre, 2021. Institutos Kyra e Mosaiclab, 2021. Disponível em:

<https://www.semprelivre.com.br/tamo-juntas-milhares-de-pessoas-que-menstruam-estao-em-estado-de-vulnerabilidade> Acesso em: 23/01/2022

SILVA, C.M.L.; GIGANTE, D.P.; CARRET, M.L.V.; FASSA, A.G. Estudo populacional de síndrome pré-menstrual. **Revista De Saúde Pública**. v. 40, n. 1. 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsp/a/GJdrY4prF4KF3XXfdZ65FCP/> Acesso em: 31 jul 2023.

SOMMER, M.; HIRSCH, J.S.; NATHANSON, C.; et al. Comfortably, Safely, and Without Shame: Defining Menstrual Hygiene Management as a Public Health Issue. **American Public Health Association**. v.105, n.7, 5 de junho de 2015. Disponível em:

<https://ajph.aphapublications.org/doi/full/10.2105/AJPH.2014.302525> Acesso em: 17 jan 2022.

UNFPA.; UNICEF. **Pobreza menstrual no Brasil - Desigualdades e violações de direitos.** 2018. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_mai2021.pdf Acesso em: 10 jan 2022.

WILLS, M. R. Até que ponto a menstruação pode afetar a educação das meninas?. **Menstrual Health Hub (MH Hub). Apolitical Group.** 20–22 Wenlock Road. Londres, N1 7GU. Reino Unido. Disponível em: <https://apolitical.co/solution-articles/pt/apenas-quanto-pode-a-menstruacao-afetar-a-educacao-meninas> Acesso em: 31 jul 2023.

APÊNDICE A

Questionário proveniente de um projeto de iniciação científica intitulado: **Gestão da higiene menstrual entre estudantes da capital brasileira e os fatores associados para o absenteísmo escolar (PROJETO PRINCIPAL).**

INFORMAÇÕES DA PESQUISA	
DATA DA PESQUISA	
NOME DA ESCOLA	
INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA	

Este questionário faz parte de uma pesquisa a ser realizada, em todo o Distrito Federal, por estudantes do Curso de Enfermagem e alunas do CEUB, com o objetivo de ajudar na orientação e conhecimento acerca do tema Gestão da higiene menstrual entre estudantes e os fatores associados para o absenteísmo escolar, além das políticas públicas voltadas para a saúde das adolescentes brasileiras. Neste questionário, serão levantados dados como, por exemplo, perguntas referentes à primeira menstruação e sobre o conhecimento das estudantes com relação ao tema.

Você não será identificado (a). Suas respostas serão mantidas em sigilo e apenas o resultado geral da pesquisa será divulgado. Existem questões que são confidenciais e podem levar a algum tipo de constrangimento (vergonha). Caso não se sinta confortável em responder a estas questões, você pode deixá-las sem resposta, bem como interromper o preenchimento do questionário a qualquer momento.

Você não é obrigado (a) a participar desta pesquisa e, caso não queira, isto não afetará a sua relação com a escola. Não existem respostas certas ou erradas. O preenchimento do questionário terá duração aproximada de 10 minutos. Responda com atenção, pois suas respostas serão muito importantes para o conhecimento da saúde dos (das) adolescentes brasileiros (as).

Prezado (a) estudante, você concorda em participar dessa pesquisa?

- Sim
 Não

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA – INFORMAÇÕES GERAIS

Vamos começar com algumas perguntas sobre você, sua casa e sua escola.

Qual é a sua idade?

- 12 anos
 13 anos
 14 anos
 15 anos
 16 anos
 17 anos
 18 anos

Qual cor/raça você se considera?	<input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/> Parda <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Amarela
Você mora com sua mãe?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Você mora com seu pai?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Outros
Em que ano/série você está?	<input type="checkbox"/> 5º ano/ 4ª série do Ensino Fundamental <input type="checkbox"/> 6º ano / 5ª série do Ensino Fundamental <input type="checkbox"/> 7º ano / 6ª série do Ensino Fundamental <input type="checkbox"/> 8º ano / 7ª série do Ensino Fundamental <input type="checkbox"/> 9º ano / 8ª série do Ensino Fundamental <input type="checkbox"/> 1º ano Ensino Médio <input type="checkbox"/> 2º ano Ensino Médio <input type="checkbox"/> 3º ano Ensino Médio
QUESTIONÁRIO DA PESQUISA – SAÚDE FÍSICA/ Conhecimentos	
As próximas perguntas referem-se à sua saúde física e conhecimentos.	

<p>Quando foi sua primeira menstruação (menarca)?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Entre 9 e 10 anos <input type="checkbox"/> Entre 11 e 12 anos <input type="checkbox"/> Entre 13 e 14 anos <input type="checkbox"/> Entre 15 e 16 anos <input type="checkbox"/> Entre 17 e 18 anos <input type="checkbox"/> 19 anos ou mais
<p>Você sabe o que acontece com seu corpo durante o período menstrual?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Pouco conhecimento <input type="checkbox"/> Não sei
<p>Antes de menstruar você foi orientada sobre menstruação e como utilizar os produtos necessários para sua higiene menstrual?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Sim, por algum familiar/conhecidos <input type="checkbox"/> Sim, na escola <input type="checkbox"/> Aprendi sozinha <input type="checkbox"/> Não tive instrução antes de menstruar
<p>Você utiliza ou já utilizou produtos considerados não indicados para absorver o sangramento da menstruação? Se sim, Quais?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim: <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Papel Higiênico <input type="checkbox"/> Panos/Roupa velha <input type="checkbox"/> Toalhas <input type="checkbox"/> Algodão <input type="checkbox"/> Jornal <input type="checkbox"/> Saco plástico <input type="checkbox"/> Miolo de pão <input type="checkbox"/> Outros

<p>Você apresentou coceira, corrimento, infecção ou mau cheiro nos últimos 6 meses?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim, coceira</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, corrimento</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, infecção</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, mau cheiro</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>
<p>Você conhece ou já ouviu falar o termo Pobreza Menstrual?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim</p> <p><input type="checkbox"/> Pouco conhecimento</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>

APÊNDICE B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Gestão da higiene menstrual entre estudantes da capital brasileira e os fatores associados para o absenteísmo escolar. (PROJETO PRINCIPAL)

Pesquisadoras responsáveis: Vanessa Alvarenga Pegoraro, Letícia Seabra da Costa, Juliana de Medeiros Queiroz.

- Este documento é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele explicará sobre o estudo que a adolescente sob sua responsabilidade está sendo convidada a participar.
- Antes de participar de livre e espontânea vontade, você deverá ler e compreender este termo. E, caso permita a participação, você deve assiná-lo e terá uma cópia para si.
- Faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. As pesquisadoras responderão às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Procedimentos do estudo

- A participação da adolescente consiste em responder ao questionário e não ocorrerá outro envolvimento ou comprometimento neste estudo.

NATUREZA E OBJETIVO DO ESTUDO

- O objetivo da pesquisa é coletar e apresentar dados sobre o absenteísmo escolar relacionado à pobreza menstrual das estudantes do ensino público do Distrito Federal.
- Você está sendo convidada a participar do presente estudo, para que possamos avaliar e coletar dados acerca do absenteísmo escolar relacionado a falta de produtos de higiene menstrual durante o ciclo, além dos seus conhecimentos sobre a fisiologia feminina, através de perguntas sobre este tema.

Riscos e benefícios

- **Riscos:** a participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas. Considerando que toda pesquisa oferece algum tipo de risco, nesta pesquisa o risco pode ser avaliado como: mínimo. O Risco mínimo não se realiza nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos que participam.
- **Os possíveis riscos mínimos poderão ser:** Cansaço ou aborrecimento ao responder questionários; Constrangimento ao realizar o questionário; Constrangimento ao se expor durante a realização de testes de qualquer natureza; Desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade. A adolescente terá liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para os mesmos.
- Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

- A adolescente tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo.
- **Benefícios:** O benefício desta pesquisa para a sociedade é melhorar a qualidade de vida das adolescentes através da identificação dos fatores que levam as estudantes ao absenteísmo escolar por conta da menstruação. Assim como desenvolver estratégias que promovam a conscientização sobre a temática, por meio de atividades interativas e lúdicas sobre Gestão da higiene menstrual e os fatores associados para o absenteísmo escolar, ciclo menstrual e manejos eficazes durante o ciclo. Haverá também contribuição para o meio científico com novos dados e informações relevantes em relação ao conhecimento das jovens sobre a temática e o absenteísmo escolar.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- A participação é voluntária. Não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Poderá se retirar da pesquisa a qualquer momento, basta entrar em contato com uma das pesquisadoras.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, o sujeito da pesquisa não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela participação neste estudo.

Confidencialidade

- Os dados serão manuseados somente pelas pesquisadoras, nenhuma outra pessoa terá permissão para tanto.
- O questionário ficará guardado sob a responsabilidade das pesquisadoras, com a garantia de manutenção do sigilo, anonimato e confidencialidade.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, sem entretanto, revelar seu nome ou qualquer informação relacionada com sua identidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de

Brasília – CEP/UNICEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____ RG _____, responsável pela jovem em questão, autorizo realizar a pesquisa após receber uma explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a).
Brasília, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

Professora Mestre Vanessa Alvarenga Pegoraro
(61 98350-1670)

Letícia Seabra da Costa (61 99127-6224)

Juliana de Medeiros Queiroz (61 99691-5420)

APÊNDICE C

TERMO DE ASSENTIMENTO

Gestão da higiene menstrual entre estudantes da capital brasileira e os fatores associados para o absenteísmo escolar.

Instituição das pesquisadoras: UniCEUB

Pesquisadoras responsáveis: Vanessa Alvarenga Pegoraro, Letícia Seabra da Costa, Juliana de Medeiros Queiroz.

Você sabe o que é assentimento? Significa que você concorda com algo. No caso desse documento, significa que concorda em participar dessa pesquisa. Antes de decidir se quer ou não participar, é importante que entenda o estudo que está sendo feito e o que ele envolverá para você. Portanto, você é livre para fazer parte ou não desta pesquisa. Não tenha pressa de decidir. Também poderá conversar com seus pais, amigos ou qualquer um com quem se sinta à vontade para decidir se quer participar ou não, e não é preciso decidir imediatamente. Pode haver algumas palavras que não entenda ou situações que você queira que eu explique mais detalhadamente, porque ficou mais interessada ou preocupada. Nesse caso, por favor, peça mais explicações.

Natureza, objetivos e procedimentos do estudo

Natureza e objetivos do estudo

A gente quer saber como você se sente em relação à menstruação, se conhece o termo Pobreza Menstrual e se você é afetada de alguma forma em relação a esse tema. Além disso, queremos explicar para você o que é a Pobreza Menstrual, os cuidados necessários em relação aos produtos de higiene e sobre seu próprio corpo quando está passando por esse processo.

Vamos pedir para você responder um questionário com algumas perguntas sobre Pobreza Menstrual e o que você sabe sobre este processo biológico. São questões simples, você irá responder respostas objetivas de sim ou não e de marcar a opção que você considera a mais coerente no seu caso. Após o questionário, vamos fazer atividades que falem um pouco sobre a menstruação e sobre os produtos de higiene.

Você vai participar dessa pesquisa em seu horário de aula.

- **Você não fará nada além do que estamos explicando neste documento.**
- **A pesquisa será realizada em sua classe no horário normal de aula.**

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária, ou seja, você só participa se quiser e, de acordo com as leis brasileiras, não receberá dinheiro nem presentes pela sua participação neste estudo.
- Ninguém vai cobrar dinheiro de você ou de seus pais/responsável, ou vai tratá-lo(a) mal se não quiser participar.

- Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento, bastando falar com um dos pesquisadores responsáveis. Conforme as normas brasileiras sobre pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá dinheiro nem presentes pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados ficarão somente com os pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- O material com as suas informações, no caso os questionários, ficará guardado sob a responsabilidade de Juliana de Medeiros e Letícia Seabra, com a garantia de que ninguém vai falar de você para outras pessoas que não façam parte desta pesquisa.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Caso ocorram danos causados pela pesquisa, todos os seus direitos serão respeitados de acordo com as leis do país. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada.

Se quiser falar algo ou tirar dúvida sobre como será/está sendo tratado na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/Uniceub, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966-1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também envie um e-mail ou ligue para informar se algo estiver errado durante a sua participação no estudo.

Este Termo de Assentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra ficará com você.

Assentimento:

Eu, _____, RG _____,
(se já tiver o documento), fui esclarecido(a) sobre a presente pesquisa, de maneira clara e

detalhada. Fui informado(a) que posso solicitar novas informações a qualquer momento e que tenho liberdade de abandonar a pesquisa quando quiser, sem nenhum prejuízo para mim. Tendo o consentimento da meu/minha coordenador(a) responsável já assinado, eu concordo em participar dessa pesquisa. As pesquisadoras deram-me a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Participante

Prof.^a Me. Vanessa Alvarenga Pegoraro. Tel.:+55 61 98350-1670
vanessa.pegoraro@ceub.edu.br

Juliana de Medeiros Queiroz. Tel.: (61 99691-5420)
juliana.mq@sempreceub.com

Letícia Seabra da Costa. Tel.: (61 99127-6224)
leticiaseabra2000@sempreceub.com

Endereço das responsáveis pela pesquisa:

Instituição: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB Endereço: QS 1 Lote 1/17 Bloco:

Único

Bairro: /CEP/Cidade: Taguatinga, Brasília - DF